



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Francisco Ridison Lima

A Prática Educacional dos TILS da Região do Pindaré/Maranhão

São Luís / MA

2020

Francisco Ridison Lima

A Prática Educacional dos TILS da Região do Pindaré/Maranhão

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: Deonísio Schmitt

São Luís / MA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SILVA LIMA, FRANCISCO RIDISON
A Prática Educacional dos TILS da Região do
Pindaré/Maranhão / FRANCISCO RIDISON SILVA LIMA ;
orientador, Deonísio Schmitt, 2020.
61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação em
Letras LIBRAS, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Letras LIBRAS. 2. Prática educacional. 3. Intérprete
de Libras. 4. Região do Pindaré. I. Schmitt, Deonísio. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras
LIBRAS. III. Título.

DEDICATÓRIA

O curso de Bacharelado em Letras Libras aconteceu em São Luís, e para frequentá-lo tive que me deslocar 252 km para assistir as aulas presenciais, era cansativo e perigoso, e foi assim durante longos e alegres 04(quatro) anos atravessando o interior do Maranhão em busca da realização de um sonho. Ao chegar à fase de conclusão, com o coração cheio de gratidão pela oportunidade que a UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a UFMA - Universidade Federal do Maranhão, me proporcionaram a oportunidade de adquirir o conhecimento na área de tradução e interpretação. Contudo nada disso teria sido possível sem a ajuda e o companheirismo das pessoas que irei citar neste texto, a quem dedico este trabalho.

A primeira dessas pessoas a quem serei eternamente grato é uma antiga amiga, Denise, que hoje é minha esposa, ela que sempre acreditou em mim e me motivou a buscar uma graduação, em 2014 quando iniciou-se o processo de inscrição para o vestibular ela me inscreveu neste processo e para minha surpresa obtive êxito na prova e conseguir garanti minha vaga na universidade sendo o primeiro e único da minha família a frequentar uma universidade e isso só aconteceu por incentivo dela, pois sem ela jamais teria trilhado este caminho.

Com a aprovação veio a felicidade indescritível, agora eu seria universitário, mas para frequentar as aulas seriam necessários o deslocamento e a estadia na capital e isso como todos sabem gera um custo, mas graças a Deus encontrei dois irmãos que a vida me agraciou são eles Ricardo e Arenilson. Ah, o que falar deles, eles tornaram tudo isso possível durante este anos deram a mim moradia, transporte(indo sempre me buscar ou me deixar na rodoviária), e além de tudo isso me deram a sua amizade a estes meus sinceros agradecimentos sem vocês nada disso seria possível foi vocês quem me incentivaram quando eu pensei em desistir e me incentivam a alçar voos mais altos, me ajudaram nas atividades, nos trabalhos em grupos e tornaram estes anos prazerosos, foi maravilhoso ter a companhia de vocês fica aqui meu muitíssimo obrigado.

A minha cunhada Vanessa, que sempre nos dava suporte na hora de gravar os vídeos para mandar no Moodle e que com toda sua paciência sempre esteve conosco neste percurso ajudando da forma como era possível. Ao meu amigo Celso, que sempre me ajudou na edição dos vídeos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus companheiros de curso Ricardo Barros e Arenilson Ribeiro, por me ajudar indicando fontes de pesquisa, e discutindo comigo sobre a metodologia do trabalho.

Sou igualmente grato ao meu orientador, o professor Deonísio Schmitt pela prontidão em responder aos e-mails, e por aceitar a tarefa de me orientar na pesquisa.

Agradeço ao meu amigo Celso Ferreira por ajudar na edição do vídeo do resumo dessa monografia em Libras.

Agradeço aos meus colegas de profissão da Região do Pindaré, no Maranhão, que muito gentilmente responderam ao questionário, gerando os dados que utilizei nessa pesquisa.

Agradeço à minha esposa, Denise Brito, que com todo o amor me ajudou com os meios tecnológicos para a produção do trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central conhecer a prática profissional dos tradutores intérpretes de Libras na região do vale do Pindaré, e como estes profissionais se adequam aos documentos norteadores da profissão. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, utilizando um método exploratório e seguindo uma abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente foi feito um estudo bibliográfico no qual buscou-se documentos norteadores da profissão dos intérpretes de Libras no Brasil, a exemplo: Leis, Decretos e Códigos de Ética, que foram analisados e serviram de base para o passo seguinte. Coletaram-se dados através da aplicação de questionário no *Google Forms* composto por questões objetivas divididas em 4 seções. Na seção 01 as perguntas serviram para desenhar um perfil profissional dos intérpretes da região; na seção 02 foi questionado sobre as relações profissionais; na seção 03 avaliou-se o trabalho fora da sala de aula; e na seção 04 perguntou-se sobre o trabalho do intérprete de Libras em sala de aula. Da análise dos dados obtidos observamos que perfil da maioria dos profissionais é o nível superior com pós graduação *latu sensu*. A maioria dos intérpretes desta região põem em prática as instruções dos documentos norteadores. Contudo percebeu-se ainda que uma parcela não age de forma conjunta com a maioria, o que pode indicar a necessidade de orientações mais práticas e claras e também a necessidade de aplicar na região mais ações formativas aos intérpretes na região do Pindaré.

Palavras-chave: Prática educacional. Intérprete de Libras. Região do Pindaré.

ABSTRACT

This work has as main objective to know the professional practice of translators interpreting Libras in the Pindaré valley region, and how these professionals are adapted to the guiding documents of the profession. To this end, a research of an applied nature was carried out, using an exploratory method and following a qualitative and quantitative approach. Initially, a bibliographical study was carried out in which documents were sought to guide the profession of Libras interpreters in Brazil, for example: Laws, Decrees and Codes of Ethics, which were analyzed and served as a basis for the next step. Data were collected through the application of a questionnaire on Google Forms composed of objective questions divided into 4 sections. In section 01, the questions served to draw a professional profile of interpreters in the region; in section 02, he was asked about professional relationships; in section 03, work outside the classroom was evaluated; and in section 04 he asked about the work of the Libras interpreter in the classroom. From the analysis of the data obtained, we observed that the profile of the majority of the professionals is the higher level with postgraduate *latu sensu*. Most interpreters in this region practice the instructions in the guiding documents. However, it was also noticed that a portion does not act jointly with the majority, which may indicate the need for more practical and clear guidelines and also the need to apply more training actions to interpreters in the Pindaré region in the region.

Keywords: Educational practice. Libras interpreter. Pindaré region.

RESUMO EM LIBRAS

Link de acesso: https://youtu.be/6W_wzf_QTp8

LISTA DE ABREVIATURAS

APILMA - Associação de Intérpretes do Maranhão.

ASISL - Associação de Surdos da Ilha de São Luís.

CAS - Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez.

CCE - Código de Conduta e Ética.

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais.

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

FSADU - Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão.

GI - Guias-Intérpretes.

HEMA - Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão.

IF - Instituto Federal.

IFMA - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão.

IFMG - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

IFRS - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Libras - Língua Brasileira de Sinais.

TILS - Tradutor Intérprete de Língua de Sinais

TILSP - Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Português.

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.

UEMASUL - Universidade da Região Tocantina do Estado do Maranhão.

UFMA - Universidade Federal do Maranhão.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

WASLI - World Association of Sign Language Interpreters (Associação Mundial de Intérpretes de Línguas de Sinais).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com a cidade em que atuam	33
Gráfico 2 - Tempo de atuação dos participantes	34
Gráfico 3 - Nível educacional dos participantes.....	35
Gráfico 4- Formações específicas da área de Libras cursadas pelos participantes.....	36
Gráfico 5 - Familiaridade com os documentos norteadores	38
Gráfico 6 – Consultoria sobre acessibilidade para surdos	39
Gráfico 7 - Consultoria sobre o trabalho do TILS.....	41
Gráfico 8 - Participação em eventos específicos da área.....	42
Gráfico 9 - Existência de coordenação de TILS.....	44
Gráfico 10 - Acesso aos materiais	45
Gráfico 11 - Tempo para estudo	47
Gráfico 12 - Registro das demandas atendidas.....	48
Gráfico 13 - Revezamento.....	50
Gráfico 14 - Posicionamento à frente da sala	51
Gráfico 15 - Substituir o professor da sala	52
Gráfico 16 - Sanar dúvidas para a interpretação com o professor.....	54
Gráfico 17 - Uso de roupa não chamativa	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de análise das orientações para os TILS.....	32
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Linha do tempo da história dos TILS no Maranhão	19
Figura 2 - Região do Pindaré, Maranhão, Brasil	21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivos.....	16
1.2 Justificativa.....	16
2. A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO TILS	18
2.1 O TILS no Brasil e no Maranhão.....	18
2.2 O TILS na região do Pindaré	20
3. DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO TILS	24
3.1 Os instrumentos legais sobre os TILS	24
3.2 Os documentos norteadores das práticas dos TILS	25
4. METODOLOGIA.....	29
4.1 A construção do questionário	30
5. ANÁLISE DOS DADOS	33
5.1 Perfil dos participantes.....	33
5.1.1 Tempo de atuação.....	34
5.1.2 Formação.....	35
5.1.3 Familiaridade com os documentos norteadores	37
5.2 Relações profissionais.....	38
5.2.1 Consultoria sobre a acessibilidade para surdos	39
5.2.2 Consultoria sobre o trabalho do TILS	40
5.2.3 Participação no planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos da área.	42
5.3 Trabalho fora da sala de aula	43
5.3.1 Coordenação de TILS.....	43
5.3.2 Acesso a materiais de apoio	45
5.3.3 Tempo para estudo e preparação	46

5.3.4 Registro das demandas atendidas	47
5.4 Trabalho em sala de aula	49
5.4.1 Revezamento	49
5.4.2 Posicionamento em sala	50
5.4. Substituir professor da sala	52
5.4.4 Sanar dúvidas para a interpretação com o professor	53
5.4.5 Apresentação e postura.....	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICE	59
APÊNDICE A - Questionário.....	59

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é uma investigação sobre a prática profissional de tradutores intérpretes educacionais de língua de sinais na região do Pindaré, no estado do Maranhão, e da adequação dos seus fazeres aos documentos orientadores disponíveis. A motivação dessa pesquisa surgiu da minha observação a partir do lugar deste profissional enquanto atuando na região, das minhas vivências no ambiente escolar e da troca com os pares da atividade.

A profissão de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) já foi reconhecida por Lei no Brasil em 2010. Hoje em dia vemos um aumento da demanda e da oferta do serviço de interpretação de/para Libras nos mais diversos contextos, sendo a educação onde o crescimento é mais notório. No entanto, desde reconhecida, não houve uma regulamentação legal para o cargo, o que gera dúvidas sobre os fazeres em campo. Embora haja práticas comuns e tradicionalmente adotadas por TILS em vários âmbitos, ainda se observam casos em que a atuação de alguns profissionais destoava dessas práticas.

Esse desvio das práticas comuns pode se dar por conta de situações impostas por outros profissionais com os quais o TILS convive, ou pela falta de conhecimento e amorosismo de pessoas que estão nessa função sem terem recebido o devido treinamento, seja de maneira formal ou mesmo pelo “apadrinhamento” de um veterano. E ainda pode ser que a situação em que haja tal desvio do que seria recomendado fazer aconteça durante um cenário novo para aquele intérprete. Observa-se que há uma falta de segurança para os que já estão atuando e para os que anseiam ingressar na área, muitas vezes não há a certeza do que é preciso fazer e saber pra ser um TILS.

A exemplo disso, o revezamento, a prática de trabalhar em duplas mantendo uma alternância de 20 minutos (ou outro tempo menor que este, previamente acordado entre os dois) entre as funções do intérprete que de fato está realizando a interpretação e o que atua apoiando o seu colega. Alguns consideram essa forma de organização do trabalho como sendo somente para o contexto de conferência, no entanto ela é recomendada também para o contexto escolar. Nesse ambiente, o aluno com surdez atendido por TILS necessita de uma interpretação com a maior acurácia possível, pois é ali que ele está construindo o seu conhecimento. A presença de dois intérpretes revezando possibilita essa melhor qualidade de interpretação.

Porém, essa prática tem sido alvo de questionamentos por parte daqueles que chefiam os intérpretes, mas que não são profissionais da área, como diretores e coordenadores de escola e institutos de educação. Por conta disso, é comum ver colegas perguntando por algum amparo legal para o revezamento, algo que sirva de respaldo para continuarem atuando assim. E

frente a essa necessidade, alguns estudos tem disso feitos sobre a importância dessa prática para a segurança física e cognitiva dos TILS. Organizações de representação profissional como a Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores Intérpretes e Guias Intérpretes de Línguas de Sinais (FEBRAPILS) têm emitido notas técnicas a fim de esclarecer esse e outros assuntos sobre a atuação desses profissionais. E instituições educacionais tomam a iniciativa de publicar normas internas para coordenar a prática dos TILS nas suas dependências.

Frente a isso levanto a seguinte pergunta: estão as práticas profissionais dos TILS educacionais da região do Pindaré de acordo com as orientações disponíveis hoje?

Com essa pergunta, pretende-se dar um norte a essa investigação no sentido de constatar se as práticas já se adequam ao que é orientado, ou se a prática caminha em sentido diferente ao que é orientado.

1.1 Objetivos

Frente ao objeto identificado e descrito acima, determinou-se como objetivo geral: investigar a aplicação das orientações para a atuação dos TILS nas práticas profissionais dos profissionais que atuam na região da região do Pindaré, Maranhão, Brasil. E como objetivos específicos: (i) reunir documentos orientadores da prática profissional dos TILS no Brasil; (ii) constatar se esses documentos são de conhecimento dos TILS da região da região do Pindaré; (iii) identificar que atitudes os TILS da região da região do Pindaré pensam ser a correta frente às situações tratadas pelos documentos orientadores encontrados.

1.2 Justificativa

Essa pesquisa se mostra importante para a área visto que o desconhecimento das orientações profissionais são causa de grande confusão, polêmica e resultam em atuações que ferem ao código de ética da classe. Uma atuação malsucedida pode prejudicar o trabalho de colegas de profissão que a posteriori sejam apresentados a situações semelhantes, sob a mesma chefia. O escopo da pesquisa está sobre os profissionais de uma região específica do Brasil, essa população ainda não foi investigada sob nenhuma ótica, e por isso essa pesquisa propiciará ter um panorama geral de como os TILS estão ali organizados.

A identificação de eventuais problemas de atuação na prática desses profissionais pode servir ainda de ancoragem para que os responsáveis pela administração desse pessoal possam

efetuar ações de adequação que resultarão na melhoria das condições de trabalho deles, melhorando o rendimento e, conseqüentemente, o aproveitamento escolar dos alunos que são atendidos por esses TILS.

2. A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO TILS

Neste capítulo trago um breve resgate histórico da constituição da profissão do TILS no Brasil e no Maranhão. Depois foco na região objeto de estudo dessa pesquisa, a Região do Pindaré, no centro oeste do estado. Sendo essa a região em que atuo, essa história escrevo a partir do meu lugar de fala, da minha vivência.

2.1 O TILS no Brasil e no Maranhão

Historicamente, o profissional TILS teve a sua atuação vinculada ao trabalho voluntário. Nesse sentido, os primeiros a se preocuparem com a inclusão dos surdos na sociedade por meio de um serviço de interpretação foram os seus próprios familiares e amigos. Quadros (2004) aponta primeiramente para a presença de TILS em trabalhos religiosos no Brasil na década de 1980. A isso se seguem movimentos de organização da classe em conjunto com a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, nas décadas de 1990. E como primeiro marco legal relevante para a consolidação da profissão, a promulgação da Lei 10.436 em 2002, que reconhece a Libras como meio de expressão das comunidades surdas no Brasil.

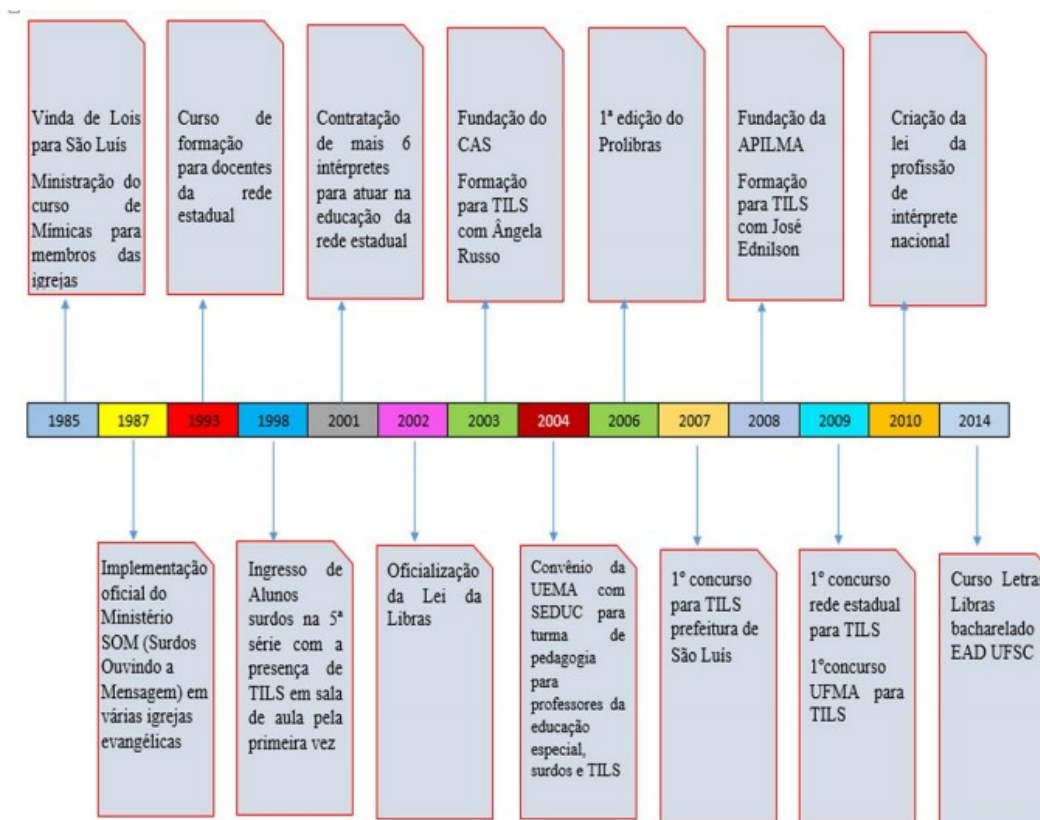
Nos anos seguintes notam-se alguns avanços frutos de debates em torno dessa lei e do entendimento do direito do surdo de ter acesso à informação por meio do intérprete de Libras em vários ambientes. Passados alguns anos um outro marco importante para a história desta classe no ano de 2005 foi a regulamentação da Lei através do Decreto 5626, que cita a formação necessária do TILS. No entanto, a profissão só é realmente reconhecida em 2010, com a Lei 12.319.

Talvez por conta do seu início no amadorismo, a formação necessária para a atuação como TILS, como previsto no Decreto 5626/2005 - a saber: formação em curso superior de tradução e interpretação de Libras – tem sido frequentemente ignorada quando da seleção e contratação de pessoal para essa função. Esse problema tem sido observado em todo o território nacional, inclusive no Maranhão.

Em estudo sobre a história dos TILS em São Luís, Mendes (2018) cita o começo no âmbito religioso da Igreja Batista de São Luís; as formações organizadas pelo Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez (CAS-MA); convênios com instituições de ensino da região dos quais alguns intérpretes são oriundos; a fundação da Associação de Intérpretes do Maranhão (APILMA); e também a criação do curso de Letras Libras no estado. São vários os mar-

cos da história dos TILS no estado citados pela autora, que podem ser vistos no esquema abaixo extraído do seu trabalho.

Figura 1 -Linha do tempo da história dos TILS no Maranhão



Fonte: Mendes (2018)

Um dos importantes acontecimentos citados pela autora, e que merece atenção por ter uma consequência direta na área, é que em 2009 o governo do Maranhão realizou concurso público com o intuito de suprir a necessidade de intérpretes na rede de educação do estado, o que antes acontecia por meio de contratação temporária. O edital do processo previu dois cargos nomeados como “professor intérprete”, um de nível superior (qualquer licenciatura) e outro de nível médio, mesmo que executando as mesmas funções (DIAS, 2018). Embora a Lei de reconhecimento da profissão só se daria no ano seguinte, nesse contexto histórico já havia o recurso do decreto de 2005 que tratava da necessidade de formação superior específica para os intérpretes, mas o curso de bacharelado em tradução e interpretação de Libras ainda não tinha sido ofertado no estado.

O estudo de Mendes (2018) revela, por meio de entrevistas com participantes do referido certame, que houve problemas na realização das provas práticas de interpretação. Esses problemas consistiram no conteúdo do material fonte das interpretações; os vídeos eram de

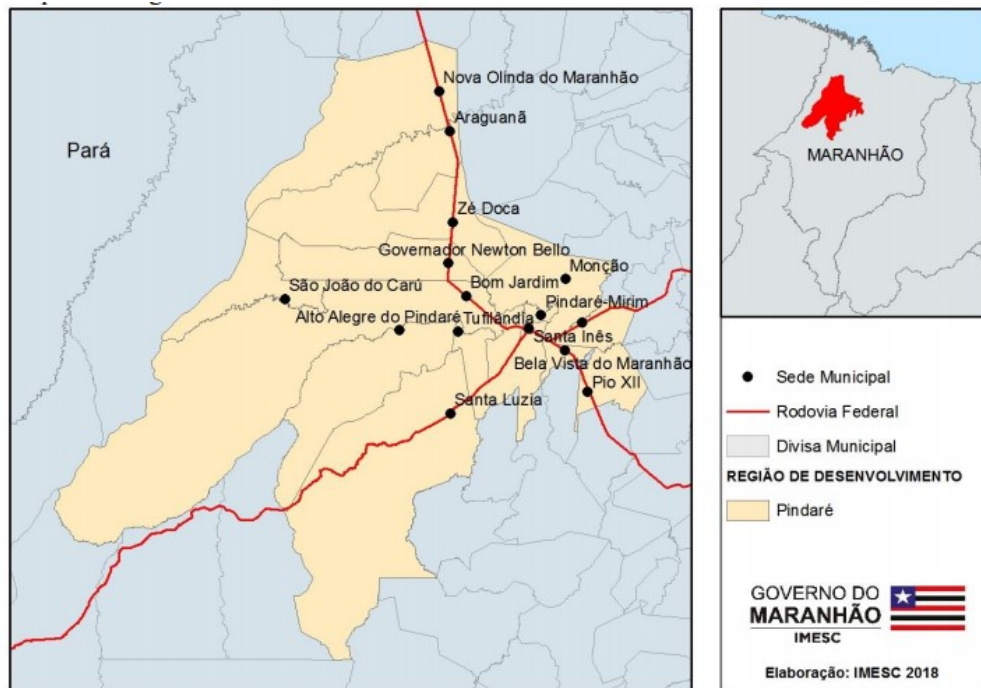
conhecimento geral, pois já eram utilizados em cursos de Libras no Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com Surdez - CAS; e ainda vazaram informações sobre o que seria o conteúdo das provas antes de muitos candidatos a realizarem. Problema semelhante ocorreu em 2016, quando em novo concurso, os candidatos foram dispensados de prova prática para o cargo. Com isso, muitos que sequer tinham habilidades reais de interpretação foram aprovados e assumiram o cargo de TILS em escolas do estado.

Embora mencionem o histórico dos TILS do estado do Maranhão como um todo, as pesquisas que tratam do tema, assim como a de Mendes (2018), também Santos (2018), Quixaba (2011) e Sousa (2010), costumam narrar os fatos ocorridos na capital, deixando o que acontece no interior do estado de lado. Nesse sentido, passo a construir um breve histórico da realidade da minha região, a do Pindaré, a partir da minha perspectiva. A constituição do intérprete nesse espaço se deu, em alguns aspectos, de forma diferente da capital. E isso pode ter influências diretas na prática dos profissionais da região.

2.2 O TILS na região do Pindaré

A região do Pindaré é composta pelos seguintes municípios: Alto Alegre do Pindaré, Araguaianã, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Governador Newton Bello, Igarapé do Meio, Monção, Nova Olinda do Maranhão, Pindaré-Mirim, Pio XII, Santa Inês, Santa Luzia, São João do Carú, Tufilândia e Zé Doca (IMESC, 2018). Somando, portanto, 15 municípios, nos quais a interpretação educacional de Libras está presente nos mais diferentes níveis de ensino, do fundamental ao superior, passando pelo ensino técnico.

Figura 2 - Região do Pindaré, Maranhão, Brasil



Fonte: IMESC (2018)

A região foi beneficiada por profissionais provenientes da seleção estadual de 2009, citada por Mendes (2018), vários profissionais foram locados nas escolas estaduais da região. Na esfera federal, os campi do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão foram beneficiados com vagas para TILS no concurso de 2014. Diferente da rede estadual, onde o cargo é denominado “professor intérprete”, no âmbito federal esses profissionais são enquadrados nos cargos técnicos administrativos.

Alguns anos adiante a rede estadual novamente abre processo seletivo para a rede estadual de ensino no ano de 2015, com vagas em todo o estado do Maranhão para intérpretes de Libras. Dessa vez, o edital trouxe como exigência formação em nível superior acrescido de cursos de Libras com duração de 120h ou pós-graduação *latu sensu* em Libras. No entanto o certame causou polêmica, pois o mesmo abre mão da prova prática, considerada pela comunidade surda do estado imprescindível para avaliar as capacidades tradutórias do profissional.

Antes desses certames, a modelo do que ocorreu em São Luís (MENDES, 2018), a necessidade de intérpretes nas escolas da região é provida por meio de contrato temporário de trabalho firmado entre as secretarias de educação estaduais e municipais com cada profissional. E no caso do Instituto Federal, por um regime de terceirização.

A formação do TILS na região se deu de forma insipiente. Os primeiros cursos na área ofertados na região foram os de Libras básico, por instituições da iniciativa privada. Em 2007

o Instituto Roda Viva ofertou na cidade de Santa Inês, um desses cursos com carga horária de 120 horas. A turma foi frequentada aproximadamente trinta alunos. Mesmo não sendo uma formação voltada para a interpretação, a certificação concedida atendia as exigências do concurso estadual de 2009, alguns alunos deste prestaram concurso e lograram êxito.

Nos anos que seguiram uma empresa privada ofertou, a nível de cursos livres, tanto os cursos de Libras básico e intermediário, quanto de tradução e interpretação de Libras, este último sim voltado para formação dos intérpretes. A Associação de Surdos da Ilha de São Luís (ASISL) ofertou um curso de Libras avançado, frequentado por poucos que já atuavam como profissionais da área na região.

Muitos profissionais da região buscaram aprimoramento nas formações oferecidas pelo CAS-MA em São Luís, capital do estado. Além disso, a partir do ano de 2014 o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão (IFMA) passa a oferecer de forma quase que anual cursos de Libras básico e intermediário para a população no Campus de Santa Inês e Zé Doca, o que ajuda na formação de profissionais que atuam e que pretendem atuar nesta área.

No ano de 2014 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em convênio com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) ofereceu o curso de nível superior em Letras Libras. Nos moldes do programa Viver sem Limites do Governo Federal, o curso foi oferecido em duas turmas: uma formando profissionais licenciados para atuarem no ensino da Libras, e outra formando bacharéis para atuarem na tradução e interpretação da Libras. Essa conquista foi celebrada por toda comunidade surda do estado, pois este curso trouxe a possibilidade de formação de profissionais para todo o Maranhão e contemplou também alguns intérpretes desta região que está sendo analisada neste trabalho.

Ainda outros profissionais buscaram a especialização a nível de pós-graduação *latu sensu* em Libras, ou em tradução e interpretação de Libras, que já era oferecida na região de São Luís por instituições particulares. Em 2017, a Fundação Sôusândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão (FSADU) em parceria com a Universidade da Região Tocantina do Estado do Maranhão (UEMASUL) ofereceram um curso do tipo, especializando os alunos em Libras e em práticas educacionais bilíngues aplicáveis à educação de surdos. Também deste último curso, participaram alguns intérpretes da região.

Assim, percebe-se que a formação dos intérpretes da região do Pindaré se deu a custo de muito esforço, em níveis abaixo dos ideais quando acontecendo nas cidades da região. Os que buscaram uma formação mais sólida e voltada para a tradução e interpretação de fato tive-

ram que se deslocar para a região da capital do estado, o que torna o aprimoramento ainda mais difícil e dispendioso, dada a distância que deveria ser percorrida. Não se exclui que, aos moldes do que ocorreu a nível nacional e estadual, o papel de instituições religiosas na formação dos TILS foi crucial, muitos dos primeiros intérpretes da região que foram “aproveitados” para a educação de surdos vieram desse contexto e aprenderam a adaptar suas práticas ao âmbito profissional.

3. DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO TILS

Nesse capítulo, me debruço sobre o Decreto 5626 de 2005, e sobre a Lei 12.319 de 2010, focando no que compete ao tradutor intérprete de Libras. Após isso, volto a atenção a documentos norteadores das práticas profissionais dos intérpretes, desenvolvidos em vários âmbitos com a intenção de preencher um vazio quando se trata sobre como agir na prática. É com base nesses últimos que desenvolvo a pesquisa em si.

3.1 Os instrumentos legais sobre os TILS

Após diversas lutas travadas pela comunidade surda, alguns resultados positivos foram obtidos. O Decreto 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei 10.436 de 2002 é um marco para a conquista de direitos dessa comunidade. Dentre outros pontos, esse documento versa sobre a formação do tradutor interprete de Libras trazendo diversas possibilidades de formação, sendo a principal delas a formação em nível superior. A partir dessa determinação, surge uma demanda nacional por formação adequada a esse profissional; para atender essa necessidade, criou-se o curso de Bacharelado em Letras/Libras.

Todavia, esse documento traz a possibilidade de atuação para pessoas que possuam uma formação em nível médio. Este profissional se torna apto ao obter esta habilitação em cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária, cursos de formação continuada promovidos por instituição de ensino superior e instituições credenciadas por secretaria de educação, ou ainda, pode ser realizada através de instituições da sociedade civil representativa da comunidade surda (BRASIL, 2005).

O decreto previu um prazo para a implementação dessas diretrizes sobre formação de dez anos, nesse interstício, nos casos em que não haja profissionais com a titulação acima citada, podem assumir o cargo:

- I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
- II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;
- III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos (BRASIL, 2005, art.19)

Dessa forma, tornou-se obrigatório a realização anual do exame de proficiência esta avaliação deverá ser feita pelo Ministério da Educação ou por instituições de ensino superior que sejam credenciadas pelo ministério da educação. Tornou-se obrigatório também nas instituições federais a inserção de tradutores intérpretes de Libras em todos os níveis e modalidades afim de garantir a comunicação entre alunos surdos e ouvintes. Vê-se que o Decreto trouxe uma garantia para o exercício da profissão, no entanto ainda há muito o que se discutir quando se trata da regulamentação deste profissional.

A determinação da exigência de formação, principalmente após o prazo de dez anos, é de suma importância para a garantia de práticas realmente eficientes, isto é, que de fato cumpram o dever do intérprete em sala: mediar a comunicação entre surdo e ouvintes, facilitando a aquisição do conhecimento (SOUSA e BARROS, 2006). É no processo de formação que o intérprete pode se familiarizar com os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para a boa prática profissional, conhecimentos sobre os fazeres da profissão fazem parte da competência que se espera que o formando adquira em um curso, apesar do que ainda se tem a crescer nesse campo formativo no Brasil (RODRIGUES, 2018).

Por outro lado, as diversas formações aceitáveis previstas no decreto fazem com que haja uma incerteza sobre como atuar. Uma vez que o documento traz a possibilidade de se tornar intérprete de Libras apenas com o nível médio, ou ainda com nível superior em qualquer área acrescido de curso de Libras. É preciso que seja dada uma atenção a este profissional, pois a aprendizagem do aluno está diretamente ligada ao nível de qualidade da atuação.

Exatos cinco anos depois de promulgado o Decreto 5.625/05 é sancionada Lei 12.319/2010, todavia esta Lei ao invés de trazer avanços para comunidade surda apresenta um retrocesso, a Lei reconhece a profissão do intérprete de Libras, assegura os valores éticos que regem a profissão, e as competência do intérprete de Libras, mas em relação a formação ela reconhece apenas o nível médio acrescentado de cursos de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou, curso de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação como qualificação necessária para o exercício deste ofício. Recepcionando assim o artigo 18 incisos I a III do Decreto 5.626/05.

3.2 Os documentos norteadores das práticas dos TILS

O decreto e a Lei, no entanto, não esclarecem como deve se dar práticas do dia a dia dos intérpretes, e talvez nem seja esse o papel delas. Mas isso gera um hiato sobre o “como

agir”. Some-se a isso o cenário descrito no capítulo 2, em que pessoas das quais não se garante que tenham as competências e habilidades necessárias para atuarem no contexto educacional como intérpretes de Libras, é de se esperar que surjam problemas quanto às posturas e práticas profissionais desses frente à comunidade escolar. Aguiar (2018) demonstra como é complexa a atuação do TILS na escola, por declarar que

“os intérpretes precisam de uma série de conhecimentos que podem ser declarativos (teóricos, *saber o quê*), procedimentais (práticos, *saber como*), explicativos (*saber o porquê*), atitudinais (*saber como agir*) e, até mesmo, temáticos (conhecimento de mundo, *saber assuntos diversos e conteúdo específicos*); de um conjunto de habilidades sociais, culturais, interacionais, expressivas, de uso de tecnologia etc.; de capacidades (linguísticas, pragmáticas, discursivas, sociais, cognitivas etc.); além de saberes didáticos e pedagógicos intrínsecos à escolarização e de fatores psicofisiológicos (bom senso, autocontrole, raciocínio crítico, empatia etc.)” (AGUIAR, 2018, p. 20)

O “saber como” no caso do TILS envolve entender os procedimentos metodológicos do trabalho de interpretação, isto é, como trabalhar de maneira que o resultado do esforço empregado seja satisfatório e mantendo a integridade física e mental dos envolvidos no trabalho.

O trabalho de interpretação demanda muito esforço físico e cognitivo por parte dos TILS. Azevedo (2018) revela que o trabalho de ficar em pé ou sentado e manipular os braços por muito tempo acarreta em fadiga, dor, e pode levar a lesões mais graves; o estudo também mostra que após uma hora de atuação o desempenho de interpretação cai consideravelmente. Por esse motivo, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Línguas de Sinais – FEBRAPILS, recomenda o revezamento e a atuação em duplas em trabalhos que levem mais do que uma hora. Porém, como revela Azevedo, “os TILS educacionais frequentemente desenvolvem suas atividades sem revezamento já que a legislação atual não contempla esse aspecto da profissão” (2018, p. 23). Segundo a autora, o revezamento ocorre somente em algumas instituições da rede pública.

Não somente o revezamento é uma prática importante para a prática profissional satisfatória e para a manutenção da qualidade do serviço. A FEBRAPILS emitiu e vem atualizando constantemente um Código de Conduta e Ética (CCE) que visa guiar TILS e Guias-Intérpretes (GI) nas boas práticas profissionais no exercício da profissão. A sua última atualização data de 2014, e prevê princípios como dignidade, imparcialidade, confidencialidade e respeito. Recomenda-se aceitar somente trabalhos que se adequem ao seu nível de competência, e buscar aperfeiçoamento profissional.

Mesmo com o CCE, alguns julgaram necessário especificar as práticas de maneira ainda mais clara e menos generalista, e com isso surgiram outros instrumentos de orientações. A Fundação Catarinense de Educação Especial publicou em 2013 o e-book “Intérpretes Educacionais de Libras: orientações para a prática profissional”, o livro tem o objetivo de dar “aos intérpretes de LIBRAS do estado orientações para um trabalho mais coeso e unificado” (SANTA CATARINA, 2013, p.7).

Sendo ainda mais precisos quanto aos procedimentos que os TILS deveriam seguir, no mesmo ano o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande, publicou um instrumento de orientações. O documento, segundo sua apresentação tem como meta “servir de orientador das ações profissionais desta categoria (TILS) no âmbito interno do IFRS Campus Rio Grande” (BRASIL, 2014, p.2). E no mesmo sentido, em 2017, no IF Sudeste de Minas Gerais, tendo como base o de 2014. Nesse documento, se declaram os objetivos:

“Os objetivos deste documento são os de nortear o desenvolvimento das práticas profissionais dos TILS desta instituição e também os principais agentes envolvidos no trabalho dos TILS, discentes e docentes, além de esclarecer sobre a atuação destes profissionais no âmbito da comunidade acadêmica, de forma a garantir a qualidade do trabalho e as condições de saúde destes profissionais, assim como assegurar a acessibilidade e a comunicação a qualquer pessoa surda, com deficiência auditiva, surdo-cegueira ou ouvinte.” (BRASIL, 2017, p.5-6)

Assim se justifica a necessidade do documento de orientações. Mas também se ressalva que não é pretendido engessar as práticas profissionais, mantendo em aberto a adoção de posturas diferentes, desde que garantindo a qualidade do trabalho e a inclusão do aluno surdo.

É importante destacar também a declaração emitida pelo I Fórum Nacional de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, ocorrido em Florianópolis em 2014. O documento emitido inclui instruções sobre a operacionalização do trabalho dos intérpretes dentro dessas instituições e aborda temas como carga horária e regimento.

Dessa forma, se nota um constante esforço da classe dos TILS educacionais na busca de oficializar as formas de organização para o trabalho, e também em fazer circular tais instrumentos, disponibilizando-os na internet para que todos tenham acesso e utilizem como base para argumentar sobre a operacionalização do serviço. Diante dessa luta constante por organização da prática profissional, é necessário observar se a efetiva forma de fazer nas instituições educacionais estão de acordo com o que se orienta nesses instrumentos.

Por isso a meta desse trabalho que aqui se planeja é inferir que diretrizes esses instrumentos têm em comum; e observar a aplicação das orientações disponíveis por parte dos TILS na região do Pindaré, no Maranhão, local onde atualmente atuo.

4. METODOLOGIA

A pesquisa da qual trata este projeto é uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo natureza aplicada. Esse tipo de pesquisa busca delimitar um problema e a partir disso formular hipóteses que poderão ser posteriormente exploradas com mais afinco. (PRODANOV e FREITAS, 2013). Segundo Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de investigação envolve pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise de exemplos que auxiliem a compreensão.

Poderíamos ainda classificar a pesquisa como sendo *ex-post-facto*, visto que busca analisar situações que se desenvolveram após fatos. Neste caso, busca-se entender o comportamento dos TILS educacionais da região do Pindaré quanto à sua prática profissional no “chão de fábrica” após o desenvolvimento de instrumentos orientadores das atividades. Nesse tipo de investigação não há um controle por parte do pesquisador, ele assume então um papel de somente analista dos fatos observados.

Esse estudo seguiu as seguintes etapas:

1. Pesquisa bibliográfica sobre a prática profissional dos TILS;
2. Pesquisa documental de instrumentos orientadores da prática dos TILS;
3. Aplicação de questionários semiestruturados;
4. Análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados;
5. Cotejamento dos dados com os documentos levantados na etapa 2;
6. Escrita da monografia.

Parte dos resultados obtidos nas etapas 1 e 2, são apresentados de maneira superficial no referencial teórico deste projeto. Pretende-se ainda identificar, por meio da pesquisa documental, o que se configura como tópicos mais presentes nos instrumentos norteadores no que se refere às práticas profissionais do TILS, os tópicos identificados serão a base para a formulação do questionário a ser aplicado na etapa seguinte. Na etapa 3 pretende-se utilizar questionários on-line no aplicativo gratuito *Google Forms*, esse instrumento permite uma análise rápida das respostas obtidas. No questionário, será incluída uma pergunta sobre o local de atuação dos TILS que responderem, e serão selecionados para a amostra somente aqueles que atuam em municípios que compõem a região do Pindaré, Maranhão.

Abranger uma região com uma quantidade considerável de municípios permite garantir a impessoalidade dos informantes, visto que, sendo a região composta em sua maioria por cidades pequenas, as identidades dos TILS poderiam ser facilmente apontadas caso o estudo tratasse de uma única localidade. Utilizar o *Google Forms* permite que a participação na pes-

quisa seja totalmente voluntária, assegura a integridade física dos participantes diminuindo os riscos físicos e psicológicos, e permite que não se identifiquem os participantes, garantindo o seu anonimato. As perguntas do questionário foram elaboradas a partir da análise dos documentos reguladores.

4.1 A construção do questionário

Para fins de pesquisa, denominamos “documento regulador” qualquer documento emitido por instituições representativas de classe, instituições de educação, ou grupo de intérpretes profissionais e pesquisadores no qual constem diretrizes sobre práticas profissionais recomendáveis para intérpretes de Libras. Dentre os documentos encontrados, os que selecionamos para esse estudo estão abaixo listados:

- *Código de Conduta Ética* da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS (2014)
- *Declaração* do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014).
- *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais (2017).

Já foi citado nesse estudo o livro *Intérpretes Educacionais de Libras: orientações para a prática profissional* elaborado pela Fundação Catarinense de Educação Especial em 2013. Para esse estudo não o incluí na análise, visto que ele se dirige aos professores intérpretes de Libras do Estado de Santa Catarina, um contexto específico de atuação que difere em muito da realidade das práticas do Maranhão.

Por outro lado, incluí na pesquisa o documento *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais. Essa inclusão se deu devido a ser um documento dirigido às práticas em um instituto federal, que trabalha nos mesmos moldes em todas as unidades federativas, e, portanto, pode se aproximar à realidade maranhense na mesma esfera. Como esse documento foi formulado sobre o modelo do *Orientação para a atuação profissional dos Tradutores/Intérpretes de Libras no IFRS – Campus Rio Grande*, de 2014, optei por manter o mais recente para análise.

Também foram excluídos documentos cujas orientações não se dirigiam as práticas do interprete diretamente, como algumas notas técnicas da FEBRAPILS e a *Declaração do III encontro Latino-americano de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Guia-intérpretes para Surdo cegos* da WASLI. Esses documentos se referem a atuações em contextos diferentes do educacional, ou são endereçadas a instituições contratantes, ou ainda guiam práticas institucionais e não individuais.

Em uma rápida análise, o CCE da FEBRAPILS visa se aplicar a diversos contextos de atuação, incluindo o educacional, por isso não trata de questões que são características desse contexto específico, adotando uma linguagem mais geral. Aborda questões tais como ser colaborativo e prestar ajuda e apoio, conhecer as especificidades da interpretação que irá assumir, recusar trabalhos para os quais não se sentir preparado; corrigir interpretações erradas imediatamente, se apresentar adequadamente, manter confidencialidade, manter-se informado e evitar concorrência desleal.

A *Declaração* do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, é voltada a intérpretes nessa esfera, e aborda questões como carga horária, trabalho em equipe, centralização dos serviços de interpretação, regimento, registro de atuações, acesso antecipado a materiais usados em aulas e outros eventos e o relacionamento dos TILS na instituição.

O documento *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais é mais específico em suas colocações. Delimita obrigações para a instituição, como a garantia de revezamento quando necessário, a disponibilização dos materiais base das aulas com antecedência e o provimento de recursos tecnológicos aos TILS. Ao tratar das obrigações dos TILS, lista questões bem práticas, como: prestar consultoria sobre a produção de materiais acessíveis; participar do planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos; divulgar o trabalho dos TILS no campus; se posicionar à frente na sala; não substituir o professor em suas funções; perguntar em casos de dúvidas para a interpretação; não responder pelo surdo, mesmo sabendo a resposta; adequar a interpretação ao nível linguístico do público; revezamento; o uso da imagem do TILS; prestar apoio extraclasse.

Assim, percebe-se que em diversos pontos os três documentos convergem. Mas afim de facilitar a elaboração e aplicação do questionário, e ainda para não me deparar com um volume muito vasto de dados, optei por focar em orientações mais relacionadas à pratica de

fato, e ainda em dividi-las em três categorias: (i) relações profissionais, (ii) trabalho fora da sala de aula, (iii) trabalho em sala de aula. A separação das orientações segue o quadro abaixo:

Quadro 1: Categorias de análise das orientações para os TILS

RELAÇÕES PROFISISONAIS	TRABALHO FORA DA SALA DE AULA	TRABALHO EM SALA DE AULA
<ul style="list-style-type: none"> • Consultoria a professores sobre acessibilidade aos surdos; • Divulgação do trabalho dos TILS na instituição; • Participação no planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos da área. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de TILS; • Acesso antecipado ao material base da interpretação; • Tempo de estudo; • Registro das demandas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revezamento; • Posicionamento em sala; • Substituir o professor; • Sanar dúvidas para a interpretação como professor; • Apresentação e postura.

Fonte: O Autor (2020)

As perguntas do questionário foram formuladas a partir dessas categorias e das questões aí presentes. E também foram incluídas perguntas que visam traçar um perfil profissional do TILS da região do Pindaré, questionando sobre tempo de atuação, formação, cidade em que atua e da familiaridade com os documentos reguladores que coletei. Assim, o questionário é composto de 4 seções: 1 – Perfil profissional; 2 – Relações profissionais; 3 – Trabalho fora da sala de aula; e 4 – Trabalho em sala de aula.

As repostas nas seções 2, 3 e 4 foram simplificadas para SIM, NÃO e “Outro”, essa última dando a opção de inserção de uma alternativa, caso o participante considere insuficiente responder somente sim ou não. As respostas simples possibilitam uma análise mais direta, e a obtenção de dados quantitativos a serem cruzados com os que resultarão das respostas à seção 1. O questionário completo está disponível no Apêndice A.

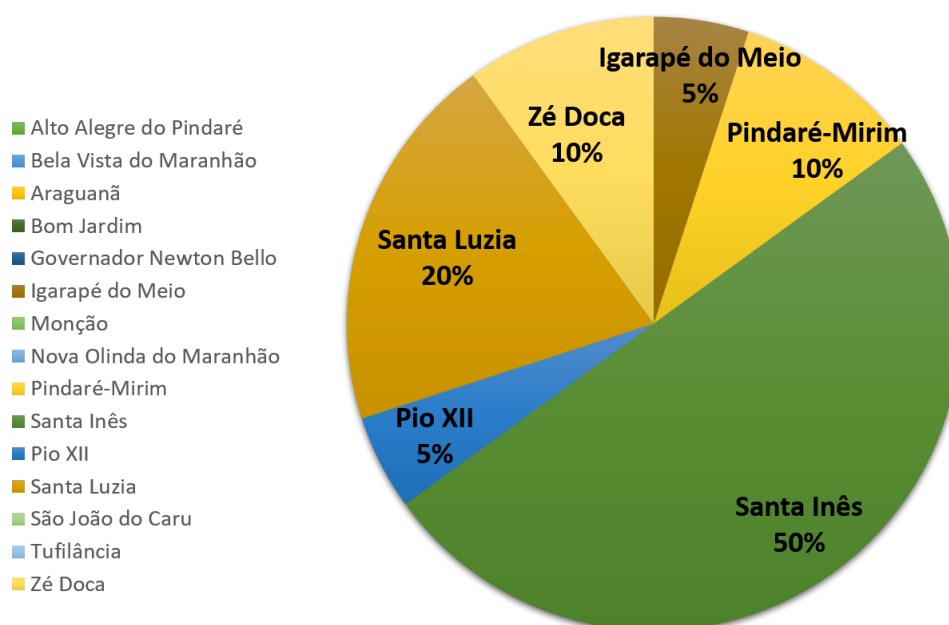
5. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentadas as análises dos dados obtidos. A coleta de dados ocorreu em duas frentes. A primeira delas foi uma coleta dos documentos oficiais que guiam a prática profissional do TILS que foram brevemente apresentados no capítulo de metodologia, onde tiveram as suas orientações agrupadas em categorias de análise. A segunda etapa de coleta se refere à aplicação do questionário por meio do *Google Forms*, que na seção 5.1, bem como nas subseções ali, tem sua análise apresentada.

5.1 Perfil dos participantes

Participaram da pesquisa, respondendo ao questionário online, 20 pessoas. A primeira pergunta do questionário busca saber a cidade em que o participante atua. Participou da pesquisa somente aqueles que realmente trabalham como TILS na região do Pindaré, somam-se 20 participantes. O gráfico abaixo apresenta a porcentagem de participantes distribuídos nas cidades da região.

Gráfico 1 – Distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com a cidade em que atuam



Fonte: O Autor (2020)

Como se percebe, a grande maioria dos participantes atua na cidade de Santa Inês, o que é compreensível, visto que a cidade é considerada polo da região do Pindaré, concentran-

do atividades econômicas e culturais que incluem os demais municípios (IMESC, 2018). Somente seis dos quinze municípios da região foram representados, o que de pronto indica a necessidade de novas inquirições a fim de conhecer essa população. O curto tempo disponível para a conclusão dessa pesquisa pode ter sido um empecilho pra se coletar mais informações, e conseguir representar os quinze municípios.

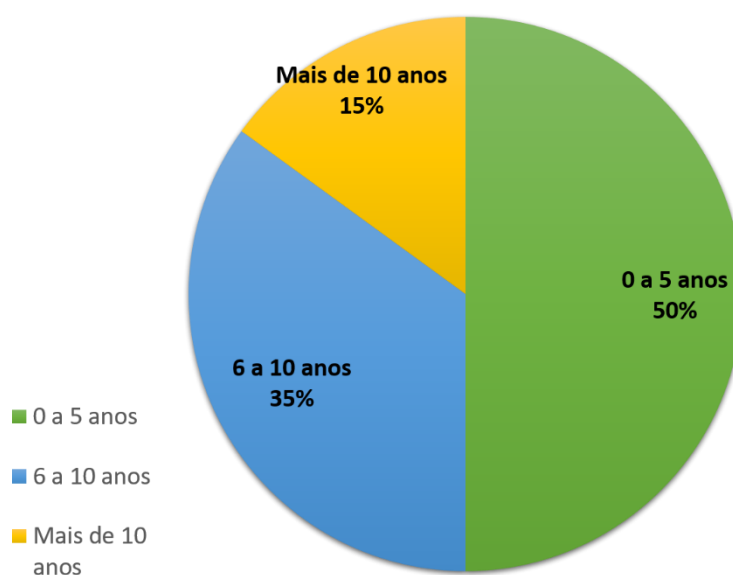
De qualquer maneira, as cidades das quais obtive respostas são importantes para a educação de surdos na região por serem onde estão localizados *campi* do IFMA e também do Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão (IEMA) e da UEMA. Também se destacam por terem sido sede de encontros de surdos e profissionais da educação de surdos da região.

As perguntas seguintes que visaram construir um perfil dos participantes se concentraram em questões que acredito terem uma correlação direta sobre a forma de atuação, as práticas profissionais do dia a dia desses intérpretes.

5.1.1 Tempo de atuação

A primeira delas perguntou sobre o tempo de atuação desses profissionais, cujas respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Tempo de atuação dos participantes



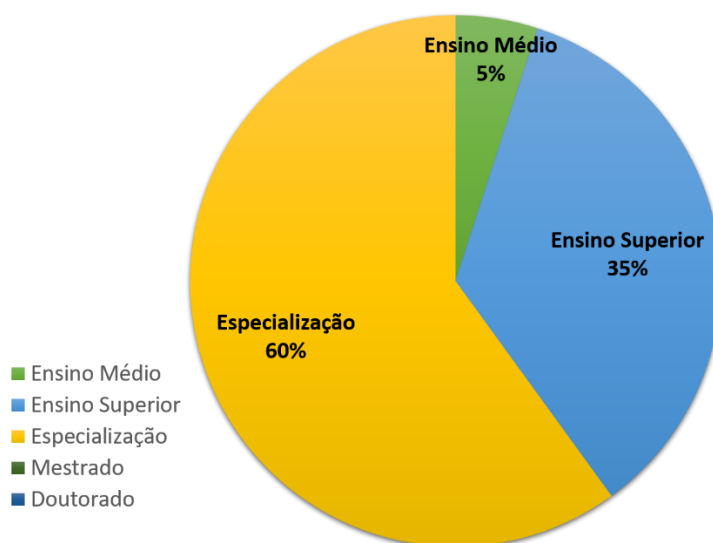
Fonte: O Autor (2020)

Nota-se que a metade dos participantes tem de 0 a 5 anos de atuação como TILS, o que indica que não são provenientes do concurso público de 2009, que já completa mais de 10 anos em 2020 (MENDES, 2018). Mas podem sim ser concursados pela rede estadual de ensino no processo de 2015, ou de seletivos para a contratação de temporários em âmbito federal e municipal. Fato é que há ainda uma boa parcela com atuação entre 6 e 10 anos, o que em teoria daria mais experiência e favoreceria habilidades e competências melhores desenvolvidas.

5.1.2 Formação

O próximo fator que pode incidir diretamente na forma de atuação é a formação que esses profissionais receberam. Sobre o nível educacional dos participantes, as respostas estão demonstradas no gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Nível educacional dos participantes

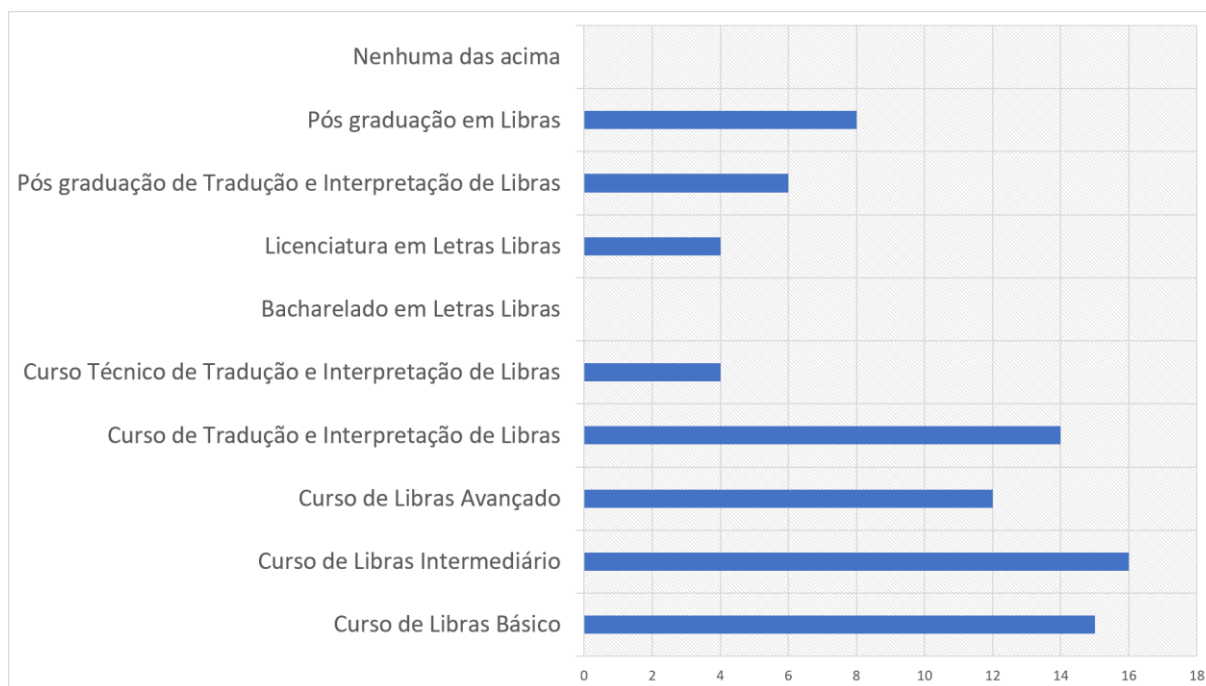


Fonte: O Autor (2020)

Apenas um participante, representando 5% dos que responderam ao questionário tem o nível mínimo prescrito pelo Decreto 5626 para atuar como TILS, o nível médio. A grande maioria dos profissionais da região nessa amostra, 60%, têm o nível de pós-graduação. Isso demonstra o esforço da classe de buscar essa formação adicional mesmo enfrentado a barreira de acesso impostas a uma região do interior do estado. É importante lembrar que muitos cursos de pós graduação na área foram oferecidos na capital, o que impôs a necessidade de deslocamento até lá, em busca de melhor formação.

Buscando compreender se esse nível de formação se deu em um currículo realmente voltado para a área, perguntei sobre que formação específica os participantes tiveram. As respostas a essa pergunta estão no gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4– Formações específicas da área de Libras cursadas pelos participantes



Fonte: O Autor (2020)

Como demonstrado no gráfico, quanto a formações específicas a nível de pós-graduação, 8 participantes são especialistas em Libras, e 6 em Tradução e Interpretação de Libras, essas opções foram oferecidas conhecendo a oferta de cursos do tipo no estado. A soma dos participantes que marcaram essas especializações nessa pergunta representa 70% dos participantes, o que comparando como gráfico anterior nos leva a concluir que alguns participantes tem mais do que uma especialização na área.

A nível de graduação, percebe-se que nenhum dos TILS que participaram da pesquisa possuem a formação ideal para trabalhar com a tradução e interpretação de Libras: o Bacharelado em Letras Libras (RODRIGUES, 2018). De fato, somente em 2014 esse curso começou a ser ofertado no estado pela UFSC em parceria com a UFMA (MENDES, 2018), e os primeiros formandos dessa turma se formaram em 2018. Depois dessa, não houve mais oferta de cursos do tipo no estado, e da turma de 2014, o único atuante na região do Pindaré sou eu, autor desse estudo.

Em contrapartida, quatro participantes responderam que possuem a graduação em Licenciatura em Letras Libras. Embora esse curso se volte para formar professores de Libras e

não intérpretes, muitos dos que se formam nele acabam assumindo a função de TILS. Na região, uma instituição particular começou a ofertar essa graduação em 2018, a primeira turma ainda não está formada. Na turma de licenciatura formada pelo convênio UFSC/UFMA em 2014, apenas uma aluna atuava na região. Isso leva a crer que algumas dessas respostas são de alunos que ainda estão cursando Licenciatura em Letras Libras.

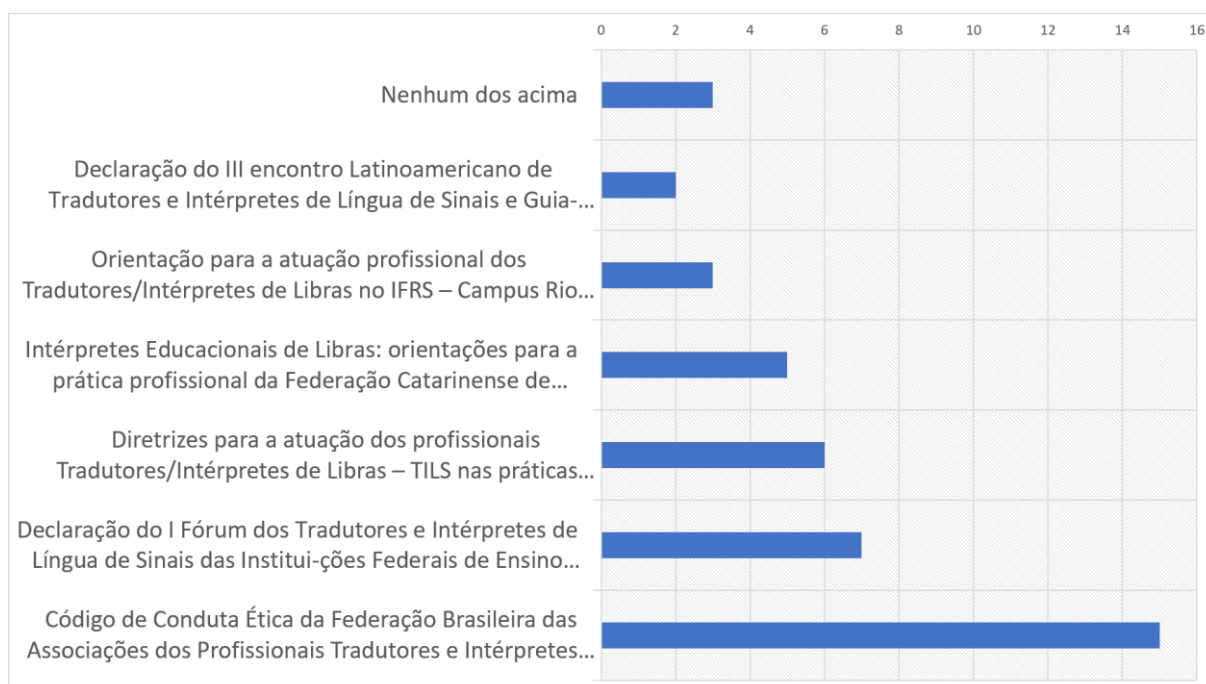
Não encontrei registro de curso técnico de tradução e interpretação de Libras que tenha sido oferecido na região, mas quatro participantes responderam ter essa formação. Atualmente o cenário de oferta de cursos em meios digitais evoluiu muito, assim pode ser que esses tenham realizado cursos online, ou ainda podem ser participantes provindos de outras regiões e que se instalaram na região do Pindaré.

Sobre os cursos do tipo livre, de tradução e interpretação de Libras, ou de Libras em níveis básico, intermediário e avançado, 57 respostas se distribuíram entre as opções disponíveis. Isso indica que a maioria dos profissionais da amostra se vale desse tipo de formação para o aprimoramento profissional. É curioso, no entanto, que o número de respostas para cada um desses cursos não tenha atingido o número máximo de participantes em nenhum caso. Sendo assim, há intérpretes na região que não cursaram Libras básico, intermediário e avançado. Pode ser que o aprendizado da língua por esses sujeitos tenha se dado em ambientes de imersão não formalizados, como associações, igrejas e outros.

5.1.3 Familiaridade com os documentos norteadores

A última pergunta sobre questões que influem diretamente na atuação, trata da familiaridade dos TILS da região com documentos norteadores da prática profissional. As respostas estão resumidas no gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Familiaridade com os documentos norteadores



Fonte: O Autor (2020)

Como se percebe no gráfico 5, o documento norteador mais conhecido pelos TILS da região é o Código de Conduta Ética da FEBRAPILS. Esse documento orienta as ações dos profissionais intérpretes em todos os âmbitos, não somente no contexto educacional. Chama a atenção, no entanto, que três participantes tenham respondido que não conhecem nenhum dos documentos apresentados como opções. Isso nos leva a pensar a atuação desse profissional que não se familiariza com os preceitos da classe. Se não há o conhecimento de normativas, de que forma esse TILS se comporta frente a situações que são cotidianas na educação inclusiva de surdos e põem em teste a ética profissional?

As perguntas que se seguiram nas seções posteriores do questionário buscou entender se as relações do TILS com os demais profissionais do seu contexto de atuação seguem as normativas, e se sua atuação individual também o faz.

5.2 Relações profissionais

A análise a seguir trata das relações profissionais mantidas pelos TILS dentro das instituições, isto é, busca-se aqui inferir até que ponto os intérpretes seguem as orientações contidas nos documentos reguladores no que tange ao seu planejamento e ações institucionais. As perguntas são sobre prestar consultoria a professores sobre acessibilidade aos surdos, ações de

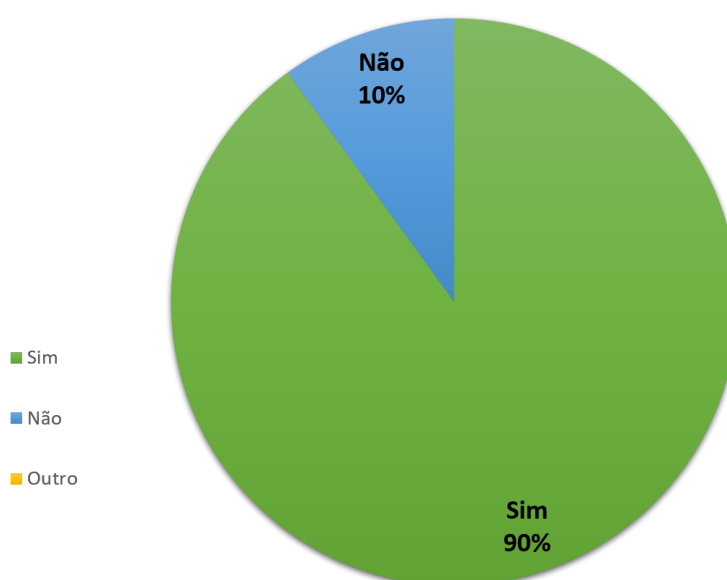
divulgação do trabalho dos TILS na instituição, e participação no planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos da área de Libras.

5.2.1 Consultoria sobre a acessibilidade para surdos

Neste momento da pesquisa foi observado se há os profissionais costumam passar informações aos professores sobre acessibilidade aos surdos. Um exemplo de orientação nesse sentido pode ser encontrada no documento *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG*, no item 3.2.2 que trata das atividades específicas dos TILS, que no seu quarto ponto diz que faz parte do trabalho desse profissional “prestar consultoria na construção de materiais e recursos acessíveis tanto para os exames de seleção, como para as demais demandas acadêmicas” (BRASIL, 2017).

A fim de averiguar se os TILS da Região do Pindaré cumprem tal orientação, perguntou-se: No seu local de trabalho, você costuma dar esclarecimento aos professores sobre a elaboração de materiais didáticos acessíveis para surdos? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Consultoria sobre acessibilidade para surdos



Fonte: O Autor (2020)

Pode-se perceber pelo gráfico que a maioria dos profissionais, 90% dos que responderam prestam consultoria sobre a acessibilidade para os alunos surdos. Relacionando isso com a formação que a maioria respondeu ter, a saber, nível de especialização, e que essa se deu em boa parte dos casos em cursos específicos da área de Libras e tradução/interpretação, é possível inferir que os esclarecimentos prestados por esses intérpretes são suficientes, e fazem jus às expectativas que os demais profissionais devem ter dos TILS.

Parece haver na região uma boa interação entre intérpretes e professores no quesito de esclarecimento quando o assunto é a orientação sobre a adaptação do material didático. Ressalto que o documento de diretrizes para TILS é norteador, que não impõe a orientação como obrigatório. Tal comportamento dos TILS, mostra que há consenso na busca por melhorias e qualidade na educação dos surdos. Dos 20 (vinte) entrevistados apenas uma minoria somando dois intérpretes não fazem esta interação como professor.

5.2.2 Consultoria sobre o trabalho do TILS

No mesmo sentido da pergunta anterior, questionei se os TILS prestam esclarecimento aos profissionais da escola sobre o seu trabalho. Na escola, os profissionais que trabalham lado a lado com o intérprete podem ter dúvidas sobre a sua atuação, o seu papel dentro da educação de surdos, as suas funções (ALBRES, 2018). No Maranhão, na rede estadual de educação os intérpretes são contratados como professores (MENDES, 2018), mas a atividade deles na prática é diferente do que um professor faz, e isso pode contribuir para gerar mais dúvidas sobre o trabalho dos TILS.

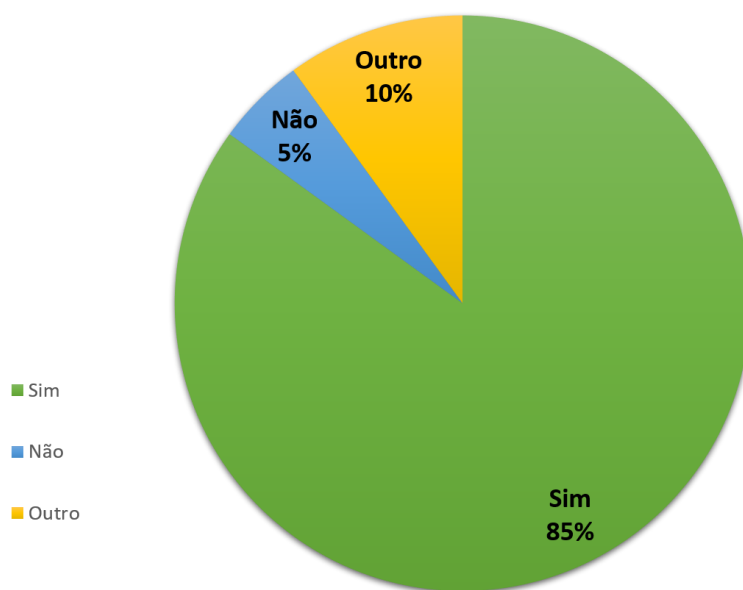
Nesse respeito, o Código de Ética da FEBRAPILS, no seu artigo 8º, no inciso III, expressa que o intérprete deve prestar informações sobre o seu trabalho para o solicitante e para o beneficiário do serviço. E a declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014), recomenda entre outras coisas:

“V) uma ampla discussão junto a Instituição sobre o espaço de lotação e atuação dos TILSP nas instituições, divulgando os serviços de TILSP para toda universidade, expandindo e encaminhando as discussões às reitorias e Pró-Reitorias;
VI) a promoção e aproximação entre equipe de TILSP com a gestão da universidade, discutindo sobre o que é, e como o trabalho de TILSP pode ser desenvolvido dentro da instituição;”
(I FTILSIFE, 2014, p.7)

Fica claro que é recomendável que o TILS preste esse esclarecimento junto aos profissionais da instituição em que trabalha, ele é a pessoa capacitada na instituição para sanar as dúvidas que possam surgir sobre a sua atuação.

A fim de averiguar se os TILS da Região do Pindaré cumprem tal orientação, perguntou-se: No seu local de trabalho, você costuma dar esclarecimento aos professores e outros profissionais da instituição sobre o seu trabalho? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Consultoria sobre o trabalho do TILS



Fonte: O Autor (2020)

Essa pergunta é bem semelhante à anterior e questiona sobre as relações profissionais estabelecidas pelos TILS com os demais agentes das instituições. No entanto, como se observa no gráfico, para essa pergunta dois participantes marcaram a opção “outro” sem especificar o que seria essa outra ação. Assim, temos um ponto de dúvida sobre o que seriam as outras ações marcadas, podem se referir à frequência em que esse profissional presta esclarecimento, ou a forma como faz isso, ou ainda que esse profissional não considera que este seja o seu papel dentro da instituição. De toda forma, ainda temos um resultado que continua representando a maioria prestando consultoria para esclarecer sobre a profissão de intérprete.

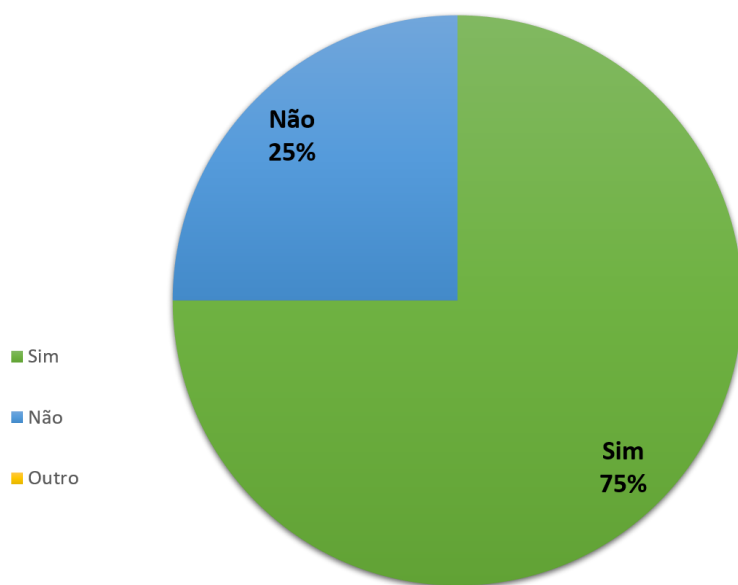
5.2.3 Participação no planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos da área.

Ainda sobre o relacionamento profissional com colegas foi feita uma última pergunta que questiona sobre a participação destes profissionais na execução e elaboração de projetos que visam conscientizar a comunidade da instituição sobre a Libras e a cultura surda, e difundir a língua. O item 3.2.2 do documento *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG*, define como uma atividade específica do TILS:

Participar da concepção e realização de cursos, palestras, seminários, projetos, entre outras ações que divulguem as especificidades da cultura surda, da Libras, da atuação profissional do Tradutor/Intérprete, dos direitos, das adaptações didático-pedagógicas, de forma a promover o reconhecimento da diversidade deste público; (BRASIL, 2017, p.12)

A fim de averiguar se os TILS da Região do Pindaré cumprem tal orientação, perguntou-se: No seu local de trabalho, você costuma participar do planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos da área da Libras? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Participação em eventos específicos da área



Fonte: O Autor (2020)

A maioria respondeu participar de ações voltadas à área de Libras na forma de cursos, eventos, etc. É importante considerar que a carga horária dos intérpretes não costuma incluir tempo para eventos desse tipo, assim cabe um remanejamento para dar conta de participar da organização dessas ações.

A Lei 10.436/02 orienta que o poder público tome iniciativa para institucionalizar e difundir a Libras, com isso estes profissionais estão cumprindo este artigo, pois é através destes projetos que a Libras se torna conhecida e na aplicação desses projetos mais pessoas aprendem a Libras e em consequência as “barreiras” de comunicação são quebradas e como visto no gráfico 75% dos profissionais se envolvem nestes projetos. Ratificando ainda este entendimento o Decreto 5.626/05 no capítulo IV trata dos meios para que haja esta difusão da Libras e da Língua portuguesa para Surdos e artigo 14 parágrafo primeiro atribui as instituições federais a competência para ofertar cursos para formação de professores para o ensino e o uso da Libras.

5.3 Trabalho fora da sala de aula

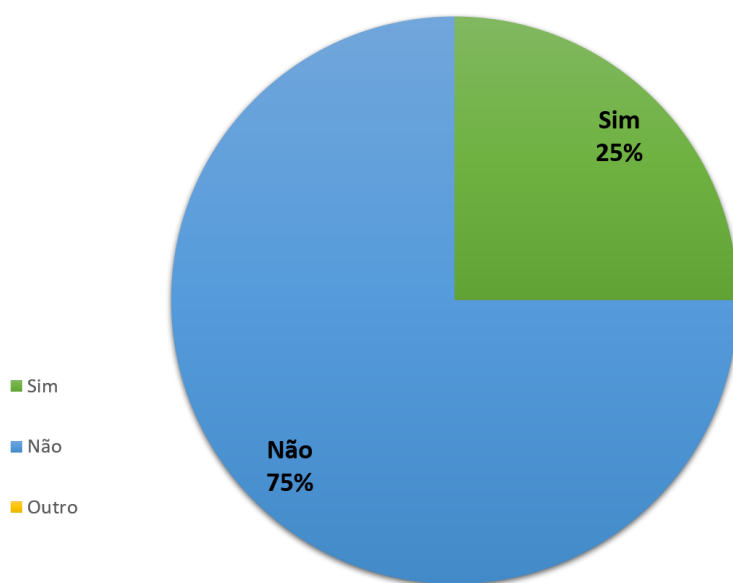
As perguntas dessa seção se concentraram na forma como os intérpretes se organizam no trabalho na instituição fora da sala de aula. Ao analisar os documentos norteadores da atuação dos intérpretes, mais precisamente os três descritos na metodologia desse trabalho, inferimos que sobre o trabalho fora da sala de aula, há recomendações em quatro sentidos: a necessidade de criar uma coordenação de TILS; a garantia do acesso antecipado ao material base da interpretação; a garantia de tempo de estudo; e a necessidade de manter registro das demandas atendidas na instituição. Cada uma dessas recomendações será analisada em um subtítulo a seguir.

5.3.1 Coordenação de TILS

A declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014), recomenda a criação de uma coordenação para os intérpretes em cada instituição, e ainda que seja um TILS que assuma a liderança nessa coordenação, equipe ou seção. Já o documento de *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG*(2017) determina a lotação no núcleo de ações inclusivas (anteriormente conhecido como NAPNE), departamento existente em todo instituto federal.

A nível estadual, no Maranhão, as escolas não contam com um departamento destinado à acessibilidade, embora haja seções do tipo na Secretaria Estadual e nas Secretarias Municipais de educação. Para averiguar se há alguma organização do tipo nos locais de trabalho dos TILS da região do Pindaré perguntei: Existe uma coordenação, diretoria ou sessão de intérpretes onde você trabalha? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 9 – Existência de coordenação de TILS



Fonte: O Autor (2020)

A grande maioria dos profissionais revelaram não ter uma coordenação de TILS no local de trabalho. Essa situação se mostra desvantajosa para esses profissionais, visto que perdem a oportunidade de trabalhar dentro de condições que sejam favoráveis à atividade. Se não há uma coletividade dentro da instituição, os intérpretes ficam vulneráveis a não conseguirem as melhores circunstâncias para o trabalho, a ocorrer uma má distribuição das demandas e a estar sob a tutela que alguém que desconhece as formas de atuação.

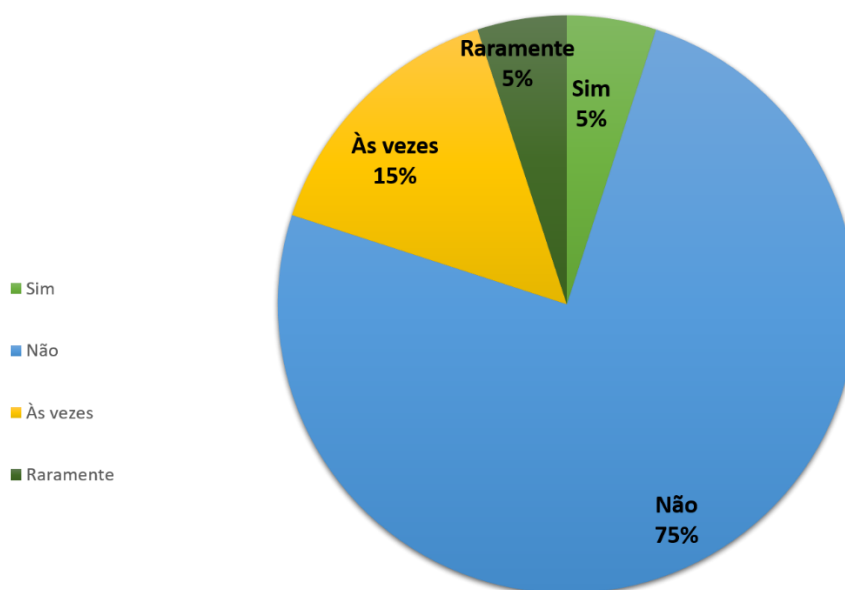
Acreditamos que os 25% que responderam sim a essa pergunta são os que atuam em instituições que já possuem uma seção reservada à acessibilidade, como é o caso do Instituto Federal.

5.3.2 Acesso a materiais de apoio

A pergunta seguinte quis saber se os intérpretes tem acesso ao material utilizado pelo professor com antecedência para poder se preparar para a interpretação. Isso está de acordo com o artigo 10 do Código de Ética da FEBRAPILS, que define como responsabilidade do TILS utilizar todo o conhecimento ao seu alcance para uma melhor atuação. Também está presente como recomendação nos outros dois documentos norteadores que utilizei para formular o questionário. Isso mostra que esse acesso é fundamental para uma boa interpretação.

Para averiguar se os intérpretes da região conseguem seguir essa recomendação perguntei: Você consegue acesso antecipado aos materiais que serão utilizados na sala de aula ou em eventos? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Acesso aos materiais



Fonte: O Autor (2020)

Fica claro que a grande maioria dos profissionais não consegue acesso aos materiais antecipadamente. Somente uma pessoa afirmou ter esse acesso, três responderam que isso acontece às vezes, e uma que raramente consegue. É importante lembrar que esse acesso não depende somente do TILS, mas do planejamento dos professores que precisariam elaborar os materiais com antecedência maior do que somente da aula em si.

Esse resultado nos leva a questionar a qualidade da interpretação, já que sem acesso aos materiais podemos concluir que não há preparo. Uma alternativa aos TILS pode ser aces-

sar o planejamento e recorrer aos materiais didáticos já disponíveis, se houver. Essa pergunta tem ligação direta com a seguinte, que questiona sobre tempo para estudo e preparação.

5.3.3 Tempo para estudo e preparação

Embora a maioria dos intérpretes não tenha acesso aos materiais que serão interpretados, uma das recomendações da declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014) é a destinação de parte do trabalho ao estudo e preparação. O documento diz:

“II) que esteja previsto na carga horária de trabalho a preparação/ estudo, para a tradução e interpretação e a participação do servidor em grupos de pesquisa e extensão. Devendo ser definida pela equipe/coordenadoria /Seção de TILSP, sempre avaliando a necessidade de acordo com a demanda de interpretação /tradução, garantindo o mínimo de 20% da carga horária para preparo e estudo.”
(I FTILSIFE, 2014, p. 6)

Como se vê, o documento recomenda 20% da carga horária, mas não somente à preparação para interpretação, mas sim em estudos que incluem pesquisa e extensão. Os intérpretes da rede estadual de ensino do Maranhão, por serem contratados como professores, tem direito a um terço da carga horária fora da sala, tempo que seria destinado a planejamento.

Para averiguar se os intérpretes da região desfrutam dessa condição de trabalho, perguntei: Você tem um tempo reservado da sua carga horária para estudo e preparação? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Tempo para estudo



Fonte: O Autor (2020)

Essa pergunta teve um resultado mais dividido, como pode ser percebido no gráfico 11. Isso pode ser um reflexo do trabalho em diferentes instituições. O tempo de planejamento garantido ao professor intérprete só existe na esfera estadual. Em alguns municípios da região, os TILS são contratados para a função, nessa contratação não há a garantia de que o intérprete terá tempo para o preparo e estudo.

Chama atenção também a resposta de um participante, que ao selecionar a opção “outro” especificou a situação como “faço isso em casa”. Essa resposta pode indicar que o participante cumpre parte da carga horária em casa, ou que não tem parte da carga horária reservada para estudo. Isso levanta o questionamento quanto a se é apropriado que o intérprete realize preparação fora do local de trabalho, já que isso pode dar a entender que ele não utiliza o tempo destinado ao estudo para isso, mas sim para interesses pessoais. Por outro lado, estariam as instituições providenciando o necessário para que o intérprete realize o estudo e a preparação no local de trabalho?

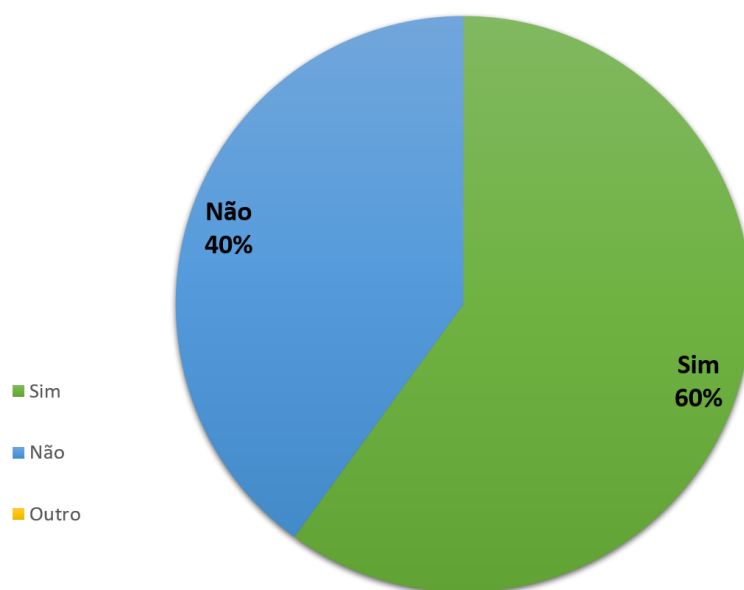
5.3.4 Registro das demandas atendidas

A última pergunta sobre o trabalho fora da sala de aula questiona sobre a manutenção de registros das demandas atendidas pelos TILS. De acordo com a declaração do I Fórum dos

Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014), esse registro é importante por ser uma forma de fornecer dados para instituição e para a comunidade acadêmica.

A fim de averiguar se os intérpretes da região seguem essa recomendação, perguntei: Você mantém um registro das demandas que atende na instituição? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 12 – Registro das demandas atendidas



Fonte: O Autor (2020)

A maioria respondeu sim a essa pergunta. Mas ainda um número expressivo não mantém registro das suas atuações. É importante lembrar que não perguntei sobre o tipo de registro mantido. Um livro de ponto, por exemplo, pode ser considerado um registro, mas não serviria tanto ao objetivo mencionado acima quanto um registro detalhado que incluía o tipo de evento atendido, a metodologia de trabalho adotada, o registro da preparação realizada, e assim por diante. Se os intérpretes adotarem esse tipo de registro detalhado, os dados gerados revelariam muito mais da realidade do trabalho dos TILS na região.

Ao sinal dessa análise sobre o trabalho dos TILS da região do Pindaré no aspecto do que é realizado fora da sala de aula, percebemos que ainda é necessária a adoção de práticas profissionais mais sistematizadas dentro das instituições. Essas práticas associadas à conscientização da forma de trabalho tanto junto à classe como aos demais profissionais pode ser um caminho para a garantia de um bom atendimento ao aluno surdo.

5.4 Trabalho em sala de aula

As perguntas dessa seção se concentraram na forma como os intérpretes realizam o trabalho dentro da sala de aula. Os documentos norteadores analisados contêm orientações sobre a prática profissional que, para fins de pesquisa, foram resumidas nos seguintes tópicos: revezamento; posicionamento em sala; substituir o professor; sanar dúvidas para a interpretação como professor; apresentação e postura.

Essas orientações são postas com muita clareza nos documentos norteadores. Cada uma dessas recomendações será analisada em um subtítulo a seguir.

5.4.1 Revezamento

O revezamento é recomendado na a declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014) nos seguintes termos:

I) que deve ser garantido o trabalho em equipe, assegurando o revezamento, entendendo que:

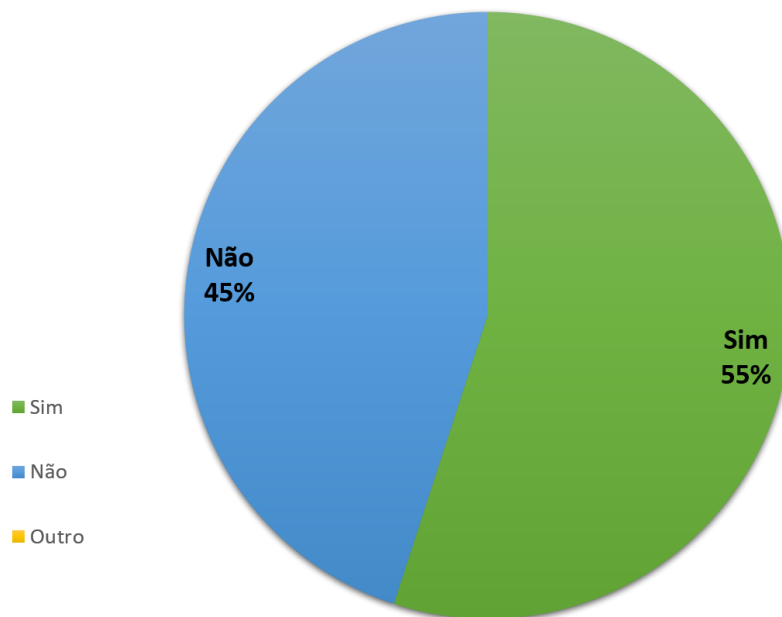
- quando for interpretação simultânea de até 30 min: 1 profissional TILSP;
- quando for interpretação simultânea com mais de 30min: 2 profissionais TILSP;
- quando for sala de aula sempre em dupla até 4h com intervalo;
- quando for interpretação simultânea em outras situações com mais de 3h: a atuação sempre deve ser em equipe.

(I FTILSIFE, 2014, p. 6)

No mesmo sentido, o documento de *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais (2017) recomenda o revezamento de 20 em 20 minutos. A FEBRAPILS já emitiu nota técnica esclarecendo a necessidade do revezamento, e estudos tem demonstrado que revezar é importante para a saúde do trabalhador (AZEVEDO, 2018). Não há dúvidas da necessidade dessa prática.

A fim de averiguar se os intérpretes da região seguem essa recomendação, perguntei: Você trabalha em dupla ou em equipe, fazendo revezamento em aulas ou eventos que ultrapassem uma hora? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 13 – Revezamento



Fonte: O Autor (2020)

A resposta surpreendeu considerando a minha vivência atuando como TILS na região. A maioria respondeu trabalhar em sistema de revezamento em aulas e eventos com mais de uma hora de duração. Devo ressaltar, porém, o que vem a ser considerado revezamento para muitos profissionais. Adotou-se como prática no estado do Maranhão, principalmente na rede estadual de ensino, o revezamento de dias de trabalho e não de minutos.

Nesse esquema, dois profissionais são responsáveis para interpretar as aulas ministradas em uma sala de aula, em vez de estarem os dois presentes na sala, revezando o turno de interpretação de 20 em 20 minutos, os profissionais preferem revezar o dia, estando presente somente um intérprete a cada dia. Essa forma de revezar não cumpre o objetivo de evitar lesões e manter a qualidade da interpretação (AZEVEDO, 2018). Mas representa problemas, visto que obriga um profissional a atuar sozinho durante horas e a não acompanhar a sequência dos conteúdos ensinados na sala.

Por isso é válido ainda questionar se o sim respondido a essa pergunta se refere a um revezamento por minutos ou por dia.

5.4.2 Posicionamento em sala

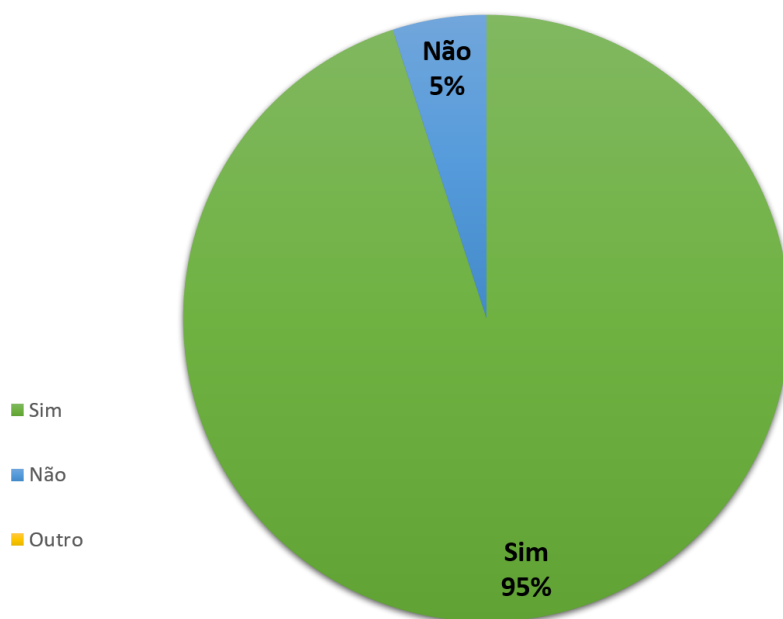
Essa questão está relacionada ao lugar em que o intérprete se coloca para a interpretação em sala. O documento de *Diretrizes para a atuação dos profissionais Traduto-*

res/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG, coloca como parte dos deveres do intérprete “Durante a prática interpretativa, colocar-se sempre à frente, próximo ao emissor da mensagem, dentro do campo visual do surdo” (p.13).

Sendo os surdos pessoas que utilizam a visão para obter informações, o mesmo canal que é explorado pelos professores na apresentação de materiais visuais, seja em alguma tela, seja no quadro, é importante que o intérprete esteja em um local em que o surdo possa com facilidade acessar as duas informações visuais: a Libras, e o recurso utilizado pelo professor.

A fim de averiguar se os intérpretes da região seguem essa recomendação, perguntei: Você sempre se posiciona à frente da sala, ao lado do professor e à vista do aluno? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 14 – Posicionamento à frente da sala



Fonte: O Autor (2020)

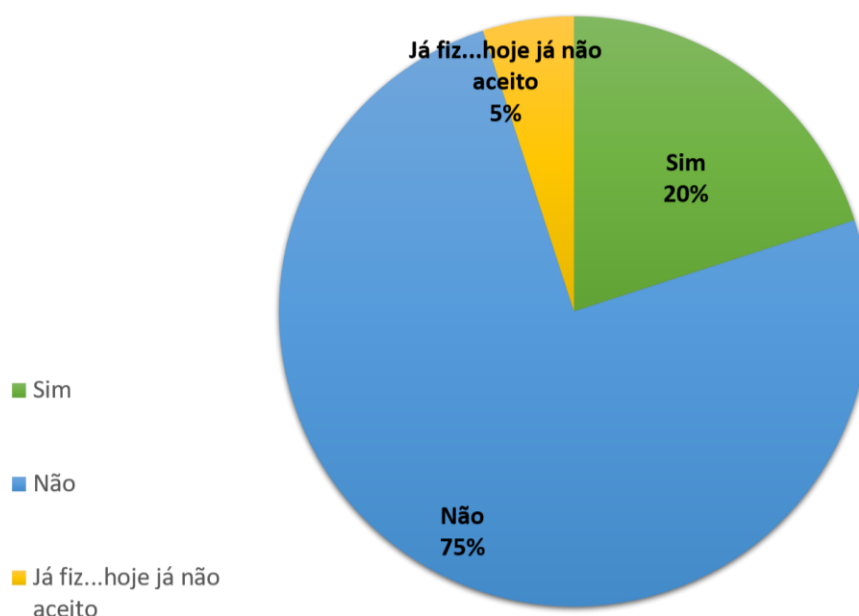
A grande maioria afirmou que segue essa orientação. O que demonstra uma preocupação com o bom aproveitamento da aula por parte do aluno com surdez. É importante ressaltar ainda que o fato de uma pessoa ter respondido que não se posta sempre à frente, não significa necessariamente um descaso por parte do profissional. Não foi perguntado sobre o nível em que esses intérpretes atuam, e a forma de trabalhar pode ser alterada a depender desse e de outros fatores que obriguem o profissional a trabalhar mais próximo do aluno.

5.4. Substituir professor da sala

Devido à confusão sobre a função do intérprete dentro da dinâmica da escola, pode ser que professores ou outros profissionais solicitem que o TILS substitua o professor regente da sala em alguma eventualidade. O documento de *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste Mgé* claro em expressar que não cabe ao intérprete essa função, e ainda determina o tempo (15 minutos) que o profissional deve aguardar pelo professor até se retirar da sala de aula.

Para examinar se os intérpretes da região do Pindaré têm claro o seu papel na escola, e se seguem a recomendação acima, perguntei: Caso necessário, você substituiria o professor tutorando a sala de aula inteira? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 15 – Substituir o professor da sala



Fonte: O Autor (2020)

A grande maioria dos participantes parece ter claro na mente que não é o papel dos TILS substituir professores, visto que responderam “não” à essa pergunta. Ainda há os que estão dispostos a isso. Pode ser que isso aconteça devido à formação pedagógica que tiveram, e que por isso os faz sentirem-se capazes de exercer a docência. De toda forma, essa postura põe em xeque a decisão que outros profissionais que diante de uma recusa para substituir um professor, podem ser confrontados com a informação de que outro TILS o faz.

Um participante afirmou que já teve essa atitude, mas que não o faz mais. Isso pode ser um reflexo das ações formativas que são tomadas no estado e na região, que vem fortalecendo a prática profissional dos TILS da região do Pindaré.

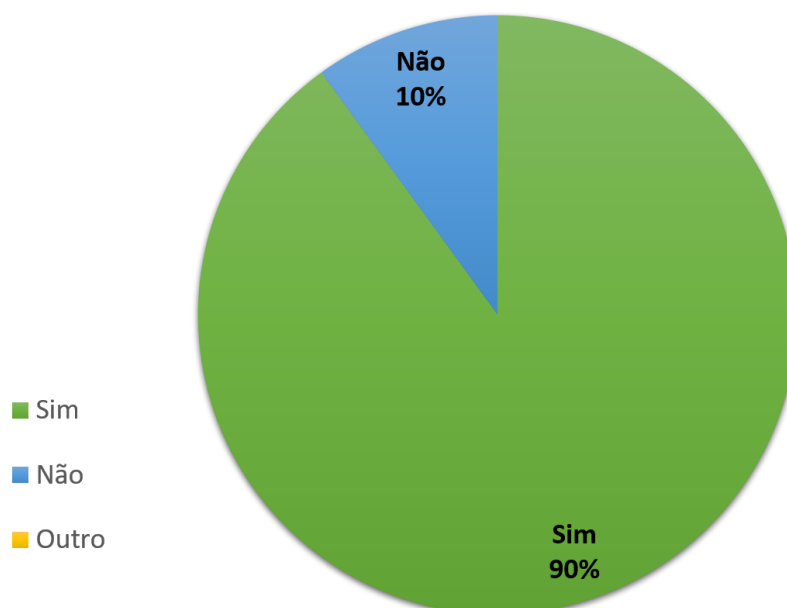
5.4.4 Sanar dúvidas para a interpretação com o professor

O TILS trabalha lidando com informações que muitas vezes fogem ao seu campo de formação, e diante do que já se percebeu nessa pesquisa da dificuldade de acessar previamente os materiais a serem interpretados, é natural que haja dúvidas durante a interpretação, problemas de compreensão da mensagem. Nesses casos, é recomendado que o intérprete sane a sua dúvida junto ao emissor do texto fonte, nesse caso, o professor.

Essa prática é recomendada no documento de *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG*, que sobre as atividades específicas do intérprete, no item 3.2.2 diz: “Traduzir e interpretar fielmente, apenas o que for compreendido. Em caso de dúvida, quando possível, deve-se recorrer ao emissor da mensagem, assim como corrigir eventuais equívocos interpretativos” (p. 13).

Para verificar se os intérpretes da região do Pindaré têm seguido essa orientação, perguntei: Caso tenha dificuldade em interpretar algo dito em sala, você se dirige à pessoa que falou para sanar sua dúvida e poder interpretar bem? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 16 – Sanar dúvidas para a interpretação com o professor



Fonte: O Autor (2020)

É claro que a maioria se sente à vontade para se dirigir ao professor para sanar dúvidas. Isso é um sinal de firmeza das ações, e também significa uma preocupação com a qualidade do que está sendo passado para os surdos. É curioso que ao analisar as respostas que marcaram “não” nessa pergunta, percebi que um desse participante tem mais de cinco anos de atuação, seis cursos específicos na área, incluindo uma pós-graduação em Libras, mas desconhecia documento de *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG*, bem como o que foi dele derivado do *campus Rio Grande/RS*.

Essa situação leva a refletir sobre a necessidade de clareza nas orientações. Os dois documentos mencionados são os que mais claramente colocam o que o intérprete deve ou não fazer dentro da instituição. Pode ser que a falta de um documento do tipo, claro, com normativas para cada instituição, como um regimento interno, leve o profissional a desconhecer os limites e as possibilidades de sua atuação, evitando dar passos que seriam importantes por achar que não deva.

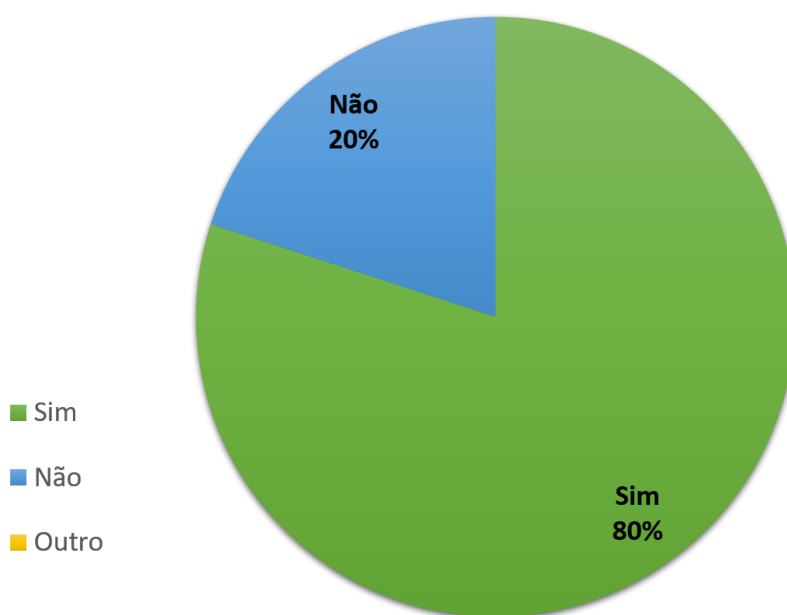
5.4.5 Apresentação e postura

A última pergunta a ser analisada sobre o trabalho em sala de aula questiona sobre a apresentação e a postura com que o intérprete comparece ao seu posto. O Código de Ética da

FEBRAPILS coloca a importância de uma boa apresentação ao dizer no seu artigo 10º que é responsabilidade do TILS “apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência” (p.4). Normalmente isso se traduz na prática no uso de roupa lisa que contraste com o tom de pele do intérprete e com tons amenos que facilitem a visualização por períodos prolongados. Essa observância beneficia o surdo que recebe a interpretação.

Como objetivo de averiguar se os intérpretes da região do Pindaré têm seguido essa orientação, perguntei: Você sempre se apresenta no trabalho utilizando roupas lisas, de cores não vibrantes, contrastantes com a cor da sua pele e sem utilizar acessórios chamativos? Dando como opções: sim, não e outro; nesse último campo, pediu-se a especificação do que se trataria caso marcado. As respostas estão resumidas no gráfico abaixo:

Gráfico 17 – Uso de roupa não chamativa



Fonte: O Autor (2020)

Pelo gráfico nota-se que a maioria zela pela aparência citada acima, que beneficia o surdo. Códigos de vestimenta são comuns em diferentes profissões, e todas tem objetivos claros. No caso da roupa do TILS, o objetivo é auxiliar na recepção da mensagem de forma clara e confortável por parte do surdo. Então é importante que a manutenção de uma vestimenta adequada seja entendida como parte da nossa prática vigente, e não como algo defasado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objeto de estudo a prática profissional dos intérpretes de Libras da região do Pindaré, Maranhão, Brasil. O objetivo da investigação foi de averiguar esses profissionais estão colocando em prática as recomendações para a atividade disponíveis em documentos norteadores.

Para atingir essa meta, foi realizado um levantamento de documentos elaborados para guiar a prática profissional de TILS, que foram analisados e tiveram suas orientações categorizadas em três grupos, a saber, as que tratam das relações profissionais nas instituições onde os TILS atuam, o trabalho deles fora da sala de aula, e o trabalho deles dentro da sala de aula. Para cada grupo foram escolhidas as orientações que tivessem características mais práticas possíveis, e com base nelas se construiu um questionário a ser aplicado com os intérpretes da região. O questionário foi disponibilizado em meio virtual e obteve 20 respostas válidas.

Com base nos dados obtidos podemos elaborar uma resposta à pergunta que guiou essa pesquisa: estão as práticas profissionais dos TILS educacionais da região do Pindaré de acordo com as orientações disponíveis hoje? Se percebeu que em muitos aspectos a maioria dos profissionais da região seguem o que é recomendado pelos documentos norteadores. Mas ainda se percebeu uma parcela que não age de forma conjunta com essa maioria, o que pode indicar a necessidade de orientações mais práticas e claras, e de mais ações formativas para os TILS da região.

A pesquisa também traçou um breve perfil dos participantes. Pela amostra, percebeu-se que na maioria são intérpretes com mais de 5 anos de atuação, que possuem um nível de instrução satisfatório (60% são especialistas). No entanto, não houve participante que seja formado em Bacharelado em Letras Libras na região, sendo o autor dessa pesquisa o único com essa formação que atua na região do Pindaré. Isso demonstra a necessidade da oferta de curso específico para tradutores intérpretes de Libras na região. O que poderia ser ofertado na modalidade remota ou semipresencial, visto que várias instituições públicas de ensino superior mantêm polos na região.

Nesse ponto, é necessário ainda uma pesquisa que trace com mais precisão o perfil profissional dos intérpretes dessa e de outras regiões do estado, com o objetivo de conhecer melhor as características desse grupo específico e compreender as suas necessidades. Embora tenha perguntado o suficiente para atingir o objetivo proposto, essa pesquisa não obteve respostas de TILS de todos os municípios da região, não perguntou sobre idade, sexo, reli-

gião, e outras informações que seriam importantes para conhecer a cara dos TILS da região do Pindaré.

Essa investigação foi importante por se voltar a uma população de TILS de uma região do interior do estado, onde a realidade de acesso á formação é muito diferente do que ocorre em centro urbanos maiores. Outras do tipo, em outras regiões são necessárias afim de prover dados que sirvam de base para o planejamento de ações que visem o melhoramento das condições de trabalho dos TILS e da educação de surdos no estado.

Espero que essa pesquisa sirva de base de estudo para os intérpretes da região do Pindaré, no sentido de conhecer melhor a formação do campo na região. Além disso que ela sirva para apontar o que deve ser melhor discutido e aprimorado no que se refere à nossa prática profissional em campo. Por fim, que mais pesquisas aprofundem o que aqui está superficialmente posto, aprofundando cada uma das questões postas mais detalhadamente. Pois são as pesquisas feitas por nós que vivenciamos a profissão que enriquecem a nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Lícia Maria Cardozo. **Saúde Ocupacional e Ergonomia na atuação do Tradutor Intérprete de Libras**. Monografia do curso de bacharelado em Letras-Libras da UFSC. São Luís, 2018.

AGUIAR, Lorena Batista Vieira. **Conhecimentos, Capacidades e Habilidades Requeridas dos Intérpretes Educacionais em Atuação no Ensino Médio em São Luís - MA: percepções sobre a prática interpretativa educacional**. Monografia do curso de bacharelado em Letras-Libras da UFSC. São Luís, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso:12/11/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos**. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso: 09/11/2019.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm>. Acesso: 09/11/2019.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Orientação para a atuação profissional dos Tradutores/Intérpretes de Libras no IFRS – Campus Rio Grande**. Rio Grande, 2014.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais. **Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG – IF Sudeste MG**, 2017.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e Ética**. 2014.

MENDES, Maria Rita Araujo da Silva. **O Intérprete de Libras: Trajetória e profissionalização em São Luís do Maranhão**. Monografia do curso de bacharelado em Letras-Libras da UFSC. São Luís, 2018.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC e SEESP, 2004.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Intérpretes educacionais de Libras: orientações para a prática profissional / Org. João Paulo Ampessan, Juliana Sousa Pereira Guimarães e Marcos Luchi -- Florianópolis: DIOESC, 2013.**

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário

PESQUISA SOBRE A ATUAÇÃO DOS TILS NA REGIÃO DO PINDARÉ

SEÇÃO 1 – PERFIL PROFISSIONAL

Em que cidade da região você atua?

- Alto Alegre do Pindaré,
- Araguanã,
- Bela Vista do Maranhão,
- Bom Jardim,
- Governador Newton Bello,
- Igarapé do Meio, Monção,
- Nova Olinda do Maranhão,
- Pindaré-Mirim,
- Pio XII,
- Santa Inês,
- Santa Luzia,
- São João do Carú,
- Tufilândia e Zé Doca

A quanto tempo você atua como intérprete de Libras?

- 0 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Qual a sua formação acadêmica?

- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Que formação específica para atuar como intérprete você já obteve? (Marque mais de uma opção se necessário)

- Curso de Libras Básico
- Curso de Libras Intermediário
- Curso de Libras Avançado
- Curso de Tradução e Interpretação de Libras
- Curso Técnico de Tradução e Interpretação de Libras
- Bacharelado em Letras Libras
- Licenciatura em Letras Libras
- Pós graduação de Tradução e Interpretação de Libras
- Pós graduação em Libras
-

Com qual(is) dos documentos abaixo você está familiarizado? (Marque mais de uma opção se necessário)

- *Código de Conduta Ética* da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS (2014)

- *Declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino (2014).*
- *Diretrizes para a atuação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras – TILS nas práticas pedagógicas do IF Sudeste MG do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais (2017).*
- *Intérpretes Educacionais de Libras: orientações para a prática profissional da Fundação Catarinense de Educação Especial (2013).*
- *Orientação para a atuação profissional dos Tradutores/Intérpretes de Libras no IFRS – Campus Rio Grande, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste do Rio Grande do Sul (2014).*
- *Declaração do III encontro Latinoamericano de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Guia-intérpretes para Surdocegos da WASLI (2017).*

SEÇÃO 2 – RELAÇÕES PROFISSIONAIS

No seu local de trabalho, você costuma dar esclarecimento aos professores sobre a elaboração de materiais didáticos acessíveis para surdos? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

No seu local de trabalho, você costuma dar esclarecimento aos professores e outros profissionais da instituição sobre o seu trabalho? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

No seu local de trabalho, você costuma participar do planejamento e execução de cursos, eventos e projetos específicos da área da Libras? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

SEÇÃO 3 – TRABALHO FORA DA SALA DE AULA

Existe uma coordenação, diretoria ou sessão de intérpretes onde você trabalha? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Você consegue acesso antecipado aos materiais que serão utilizados na sala de aula ou em eventos? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Você tem um tempo reservado da sua carga horária para estudo e preparação? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Você mantém um registro das demandas que atende na instituição? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

SEÇÃO 4 – TRABALHO EM SALA DE AULA

Você trabalha em dupla ou em equipe, fazendo revezamento em aulas ou eventos que ultrapassem uma hora? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Você sempre se posiciona à frente da sala, ao lado do professor e à vista do aluno? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Caso necessário, você substituiria o professor tutorando a sala de aula inteira? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Caso tenha dificuldade em interpretar algo dito em sala, você se dirige à pessoa que falou para sanar sua dúvida e poder interpretar bem? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____

Caso tenha dificuldade em interpretar algo dito em sala, você se dirige à pessoa que falou para sanar sua dúvida e poder interpretar bem? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim

- Não
- _____

Você sempre se apresenta no trabalho utilizando roupas lisas, de cores não vibrantes, contrastantes com a cor da sua pele e sem utilizar acessórios chamativos? (Selecione “outro” e digite uma alternativa, caso as disponíveis não contemplem sua resposta).

- Sim
- Não
- _____